

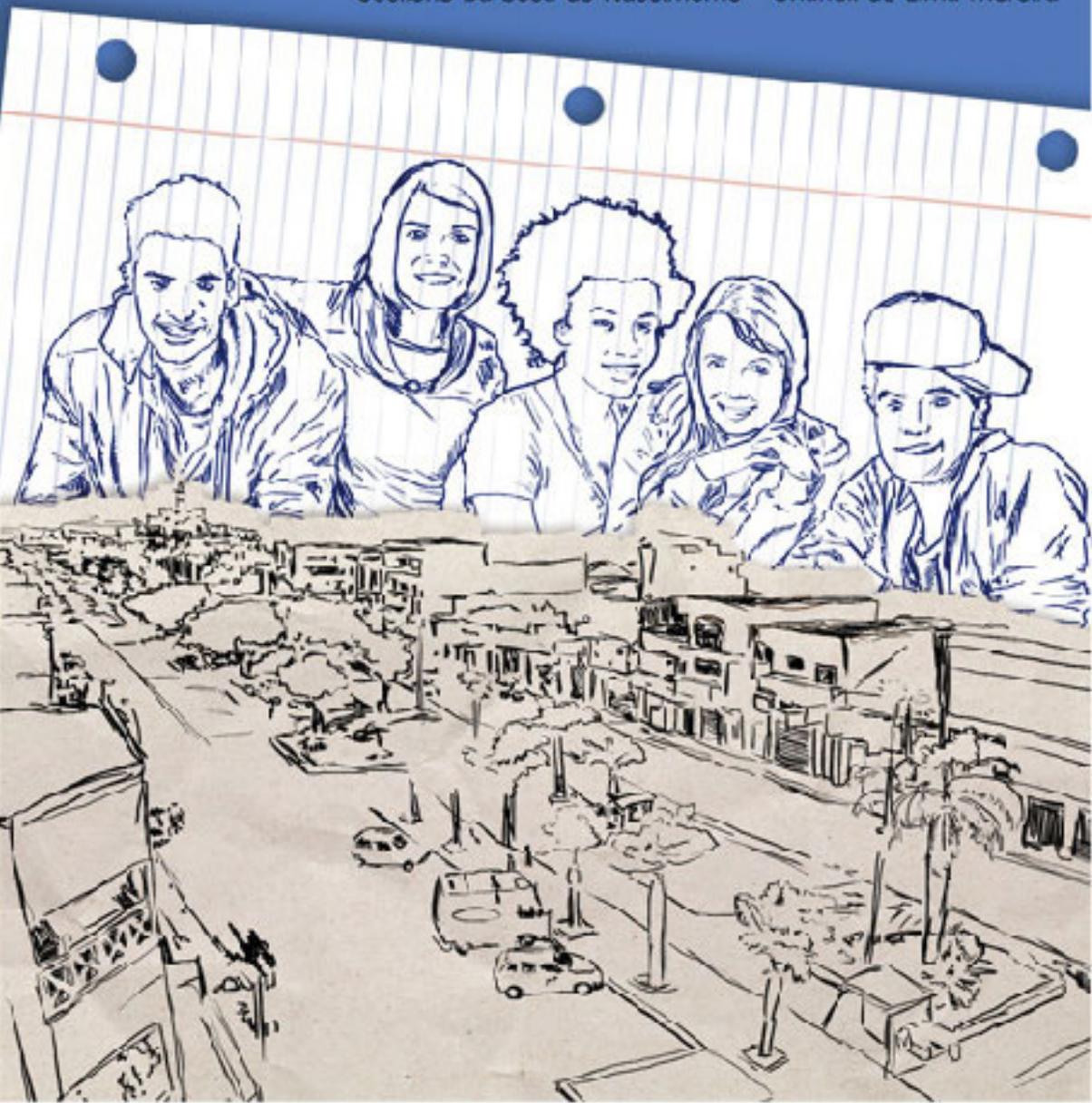
GÊNERO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E NOVAS SOCIABILIDADES DA JUVENTUDE

 eduepb

Autores:

Idealina Maria Freitas Lima Santiago

Josilene Barbosa do Nascimento * Orlandil de Lima Moreira





Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. José Etham de Lucena Barbosa | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Diretor-Adjunto*

Conselho Editorial

Presidente

Luciano do Nascimento Silva

Conselho Científico

Alberto Soares Melo

Cidoval Moraes de Sousa

Hermes Magalhães Tavares

José Esteban Castro

José Etham de Lucena Barbosa

José Tavares de Sousa

Marcionila Fernandes

Olival Freire Jr

Roberto Mauro Cortez Motta



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Josilene Barbosa do Nascimento
Orlandil de Lima Moreira

Gênero, Participação Política e Novas Sociabilidades da Juventude



Campina Grande - PB

2016

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano do Nascimento Silva | **Diretor**

Antonio Roberto Faustino da Costa | **Diretor-Adjunto**

Design Gráfico

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

Danielle Correia Gomes

Divulgação

Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica

Jane Pompilo dos Santos

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº
1.825, de 20 de dezembro de 1907.

G326 Gênero, participação política e novas sociabilidades da juventude [Livro eletrônico]. / Idalina Maria Freitas Lima Santiago, Josilene Barbosa do Nascimento, Orlandil de Lima Moreira (Organizadores). – Campina Grande: EDUEPB, 2016. 395 kb. - 95 p.

Modo de acesso: Word Wide Web

<http://www.uepb.edu.br/ebooks/>

ISBN EBOOK 978-85-7879-348-7

1. Políticas públicas. 2. Gênero. 3. Relações de gênero. 4. Juventude. 5. Sociabilidade. I. Santiago, Idalina Maria Freitas. II. Nascimento, Josilene Barbosa do Nascimento. III. Moreira, Orlandil de Lima. IV. Título.

21. ed. CDD 320.6

Sumário

Introdução..... 6

Capítulo I

Participação Juvenil, Políticas Públicas e Gênero..... 16

Capítulo II

Juventude, Políticas Públicas e Poder Local 29

Capítulo III

Espaços de participação juvenil..... 36

Capítulo IV

Motivações e Autoavaliações da Participação Juvenil..... 55

Capítulo V

Participação Política e Gênero no discurso dos/as Jovens.. 65

Sobre os autores 96

Introdução

O texto aqui apresentado traz resultados de investigação realizada com o projeto de pesquisa “Gênero, Participação Política e Novas Sociabilidades da Juventude no Poder Local”, financiado pelo Programa de Incentivo à Pós-Graduação e Pesquisa da UEPB (PROPESQ/UEPB – Edital 01/2008) e pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/CNPq,¹ o qual se propôs a analisar o protagonismo dos/as jovens, numa perspectiva de gênero, através de suas inserções nos espaços de participação institucionalizados, assim como nos espaços organizados e desenvolvidos no âmbito da sociedade civil. A partir da verificação da existência de políticas públicas desenvolvidas para a juventude pelo poder local da cidade de Guarabira/PB, buscou-se compreender os limites e as possibilidades da participação da juventude nas políticas públicas, assim como suas novas formas de expressão política na sociedade.

A sociedade brasileira, historicamente, foi marcada por uma frágil participação sociopolítica. No entanto, em alguns momentos e conjunturas políticas aconteceu uma maior efervescência de mobilizações políticas e sociais. Nos diversos contextos de maior incidência política a juventude sempre esteve presente. Nas décadas de 1960 e 1970, caracterizadas como momento de forte autoritarismo por parte do regime militar, os/as jovens estiveram presentes contribuindo para a organização dos trabalhadores do campo e da cidade,

1 A pesquisa de campo contou com a valiosa participação de Maria Kely Cristina dos Santos, estudante do curso de Serviço Social da UEPB, contemplada com bolsa de Iniciação Científica.

através de várias ações políticas. Nos anos de 1980, ainda sob a ditadura militar, a juventude mais uma vez dá a sua colaboração para por fim ao regime militar.

Com o fim da ditadura militar e o início da redemocratização na sociedade brasileira, novos sujeitos políticos entraram em cena e espaços de participação foram criados, os quais passaram a contar com a inserção política de cidadãos e de sujeitos sociais coletivos, a exemplo dos movimentos sociais, das redes, fóruns, conselhos e conferências, contando mais uma vez com a participação da juventude.

Nesse novo contexto, novas demandas emergem na sociedade, em especial no campo das políticas públicas, esfera em que o Estado brasileiro, ao longo de décadas, não tem inserido de forma ampla e efetiva as questões e problemáticas vivenciadas pela juventude.

As temáticas juventude e gênero se apresentam como uma demanda importante nesse novo contexto, tendo em vista que, no processo de construção da sociedade brasileira, além da frágil participação política, temos uma herança histórica de desigualdade de gênero, presente nos vários âmbitos sociais, na esfera privada e na esfera pública. Ou seja, o problema das desigualdades sociais no Brasil, quando focado nesse âmbito, demonstra de forma visível a fragilidade da nossa experiência de participação política e construção da democracia, aspecto que será evidenciado em nossa análise.

Dessa forma, sendo gênero uma categoria socialmente construída e que muda historicamente de acordo com as conveniências de determinada época, faz-se necessário também analisá-la no âmbito do desenvolvimento desse novo cenário de participação da sociedade civil organizada e da organização dos novos grupos sociais que passaram a reivindicar o seu espaço na sociedade, como é o caso dos/as jovens.

A conquista da democracia no Brasil foi marcada por vários momentos de mobilização social e política, tendo os movimentos sociais e organizações progressistas da sociedade civil desempenhado papel importante nesse processo, contribuindo para por fim ao regime militar e participando de forma efetiva da elaboração da nova Constituição, através da mobilização popular.

A promulgação da Constituição de 1988 representa um marco importante para a democracia no Brasil. As demandas de participação e direitos sociais reivindicadas pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais são incorporadas ao texto constitucional, fortalecendo, assim, o processo de construção da cidadania, através da garantia de direitos e ampliação dos espaços de participação institucionais, em especial na esfera das políticas públicas, abrindo possibilidade para uma gestão compartilhada, a qual vai se concretizar com a elaboração das leis complementares específicas para cada área, a exemplo do Estatuto da Criança e Adolescente, a Lei Orgânica da Saúde que cria o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), etc.

Nesse contexto, emerge na sociedade brasileira uma possibilidade de descontinuidade de uma cultura política marcada pela não participação, sinalizando para a construção de uma cultura política participativa com propagação de novos hábitos e comportamentos políticos dos cidadãos, os quais passaram a se sentir sujeitos nas decisões políticas, em especial no âmbito do poder local.

Esse novo cenário vai se desenhando durante a década de 1990. Os jovens e suas problemáticas ganham visibilidade, passando a compor agenda política. A mudança de atitude por parte do poder público foi provocada pelas modificações na conjuntura política, econômica e social, assim como em decorrência da ação da juventude através de suas

organizações, e os atos de violência vivenciados pelos/as jovens como vítimas ou como protagonistas (SPOSITO, 2007). A partir de então, observa-se, com maior alcance, a elaboração de ações públicas para o segmento juvenil, colocando os/as jovens como uma parcela da população a ser considerada pelo Estado em suas políticas públicas, o que, segundo Sposito (2007, p. 05), “trouxeram os jovens como destinatários específicos da intervenção pública”. Outro fato que concorreu para esta ação estatal foi a preocupação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) com a juventude brasileira, quando passou a desenvolver várias iniciativas políticas que questionavam a condição juvenil.

Nos anos 2000, assiste-se ao aprofundamento das ações governamentais dirigidas para a juventude. Em 2002, após a eleição do presidente Lula, novas iniciativas públicas começam a ser pensadas. Um acontecimento importante nesse período foi a realização de um seminário sobre juventude, denominado de “Políticas Públicas: juventude em pauta”, com a participação de diversas organizações não governamentais, representantes de juventudes partidárias, pesquisadores de institutos de pesquisa, etc., momento em que se discutiu problemáticas e experiências relacionadas a esse segmento, como forma de incidir na formulação de políticas públicas para a juventude.

Iniciativas no campo das políticas públicas para o segmento juvenil ganham cada vez mais a atenção do poder público com o envolvimento do Poder Legislativo Federal, assim como do Poder Executivo. Pesquisas são realizadas por organizações não governamentais com o objetivo de demonstrar a situação da juventude no Brasil. Segundo Novaes (2007, p. 254), tais iniciativas desenvolvidas nesse período “convergiam em um ponto: a necessidade de criação de um espaço institucional específico, “de Juventude””. Portanto, é nesse

contexto de convergências de iniciativas no âmbito nacional e local, assim como a influência do contexto internacional, que se desenha a política para juventude do governo federal, anunciada em fevereiro de 2005 e sancionada em junho do mesmo ano pelo Presidente da República.

Com a promulgação da Lei 11.129 de 2005, cria-se, então, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretária-Geral da Presidência da República, cuja tarefa principal é articular e supervisionar os programas e ações voltadas para os/as jovens. Também é criado o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), com caráter consultivo, cuja tarefa principal é fomentar estudos e propor diretrizes às políticas públicas para juventude.

Os programas de políticas públicas criados pela Política Nacional de Juventude chegam aos municípios para sua execução e provocam mudanças no âmbito do poder local, intensificando ou iniciando ações específicas voltadas para os segmentos juvenis.

Nesse novo cenário emergem espaços de participação institucionais, a exemplo dos conselhos de juventude, os quais se juntam a outros conselhos já existentes no campo das políticas públicas e às diversas formas e processos de organização e participação juvenil da sociedade civil, o que significa, portanto, a possibilidade de envolvimento de jovens nesses espaços, como forma de exercer o seu protagonismo.

A participação dos jovens surge como um campo de iniciativas emergentes e inovadoras com propósitos de ações, evidenciando questões sociais latentes. Ou seja, começa a se traçar na sociedade importantes espaços democráticos e participativos conquistados através das lutas sociais, o que veio a possibilitar um novo quadro de práticas sociais e políticas juvenis.

Quanto à pesquisa em questão, possui como eixo metodológico a abordagem descritivo-analítica, caracterizando-se,

portanto, pela descrição e análise do fenômeno social, em que se buscou entender as várias dimensões do objeto em estudo e o seu contexto, através de dados qualitativos e quantitativos.

A investigação teve como cenário a cidade de Guarabira/PB, localizada na microrregião do Piemonte da Borborema, com uma área de 149,5 quilômetros quadrados, mantendo uma distância de João Pessoa de 98 km e de Campina Grande de 95 km, com uma população de 55.340 habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010. O Município polariza uma região formada por várias microrregiões, denominada do ponto de vista político como região do brejo paraibano, composta por cerca de 30 municípios, região que tem uma presença marcante de movimentos sociais populares, em especial movimentos de luta pela terra. É nesse sentido que, nos anos 1980, vários conflitos pela posse e uso da terra eclodiram na região, resultando na desapropriação de terras para a instalação de projetos de assentamentos rurais. Nesse mesmo período, movimentos sociais urbanos também ocuparam o cenário político, a exemplo de mobilizações pela moradia, organizações de funcionários públicos, movimentos de mulheres e grupos juvenis. Na atualidade, vários organizações e movimentos sociais populares estão presentes na cena política do município, a exemplo do fórum de juventude.

A coleta de dados foi realizada no período de agosto de 2009 a agosto de 2010, tendo como população da pesquisa os/as jovens de ambos os sexos, os/as dirigentes institucionais das secretarias municipais e os/as representantes de organizações da sociedade civil. Utilizou-se como referência para delimitação do critério geracional juvenil a abordagem de juventude adotada pela Secretaria Nacional de Juventude

que elegeu a idade de 15 a 29 anos como norma para definição e execução das políticas públicas para a juventude no Brasil.

A pesquisa de campo contemplou três etapas: 1^a) aplicação de questionários junto aos/às jovens secundaristas de duas escolas públicas; 2^a) levantamento dos programas de políticas públicas municipais para juventude, mapeamento dos espaços institucionais de participação cidadã, e mapeamento das organizações da sociedade civil; 3^a) entrevistas diretas com os/as jovens participantes dos espaços identificados nos mapeamentos.

A primeira etapa ocorreu com a aplicação de questionários com jovens secundaristas de duas escolas do ensino médio da rede pública, contabilizando uma amostra aleatória de 120 jovens alunos/as distribuídos no primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio, sendo 60 jovens homens e 60 jovens mulheres, cujo objetivo foi identificar as formas e espaços de sociabilidades que os/as mesmos/as participam, com olhar especialmente voltado para suas inserções em grupos juvenis. Utilizamos os seguintes critérios para seleção das escolas pesquisadas: 1^o) ser uma instituição de referência (possuir uma história de reconhecimento público); 2^o) agregar maior número de alunos matriculados; 3^o) localização (abrange regiões distintas do município).

Esta etapa foi analisada estatisticamente, o que proporcionou fazer uma análise quantitativa da participação dos estudantes secundaristas em espaços de sociabilidade em âmbito local e suas formas de participação sociopolítica.

A segunda etapa foi executada em três momentos: aplicação de formulário junto às secretarias municipais do poder executivo, tendo como principal objetivo o mapeamento dos programas de políticas públicas desenvolvidos pelas respectivas secretarias, os quais tivessem como público foco de seu atendimento os/as jovens. No segundo momento foi realizado

o mapeamento dos conselhos municipais gestores de políticas públicas e conselhos tutelares existentes no município, além da identificação de jovens conselheiros/as e entidades juvenis participantes da composição dos referidos conselhos. No terceiro momento foram mapeados os grupos associativos locais de jovens, movimentos sociais, redes/fóruns e a identificação de jovens presentes nesses espaços. Durante a coleta de dados adotou-se a técnica 'bola de neve', a qual estabeleceu uma rede de informação que possibilitou a captação de nomes e contatos com outros espaços de interesse da pesquisa. A análise dessa segunda etapa deu-se através do método descritivo-estatístico e documental na qual se buscou compreender esse novo contexto de participação juvenil, tendo como referência o campo das políticas públicas e a participação dos jovens nos espaços institucionais no âmbito local, identificados no mapeamento. No caso dos espaços de participação da sociedade civil, grupos associativos locais, fóruns e redes, não houve um tratamento estatístico, optando por uma leitura qualitativa no sentido de analisar a inserção dos/as jovens nos espaços de participação no âmbito do poder local.

Na terceira etapa foram desenvolvidas entrevistas diretas junto aos/às jovens participantes dos espaços institucionais e das organizações da sociedade civil identificados/as na fase anterior, norteadas por um roteiro semiestruturado que abordava questões referentes a motivações e autoavaliações da participação juvenil, além da maneira como os/as jovens concebem a participação política de homens e mulheres na sociedade contemporânea. A amostra dos/as jovens identificados nos espaços institucionais e da sociedade civil foi por tipicidade, composta por 15 jovens, sendo nove homens e seis mulheres.

A terceira etapa foi analisada a partir da análise de conteúdo das mensagens veiculadas nas entrevistas transcritas.

Assim, após leitura crítica e reflexiva de cada entrevista, foram realizados recortes dos discursos que deram origem a categorias e indicadores, que embasaram a análise desse estudo. No intuito de manter o sigilo do/as sujeitos/as entrevistados/as, optou-se por utilizar para as jovens nomes de feministas brasileiras falecidas e que foram importantes na construção da história de nosso país. No tocante aos jovens homens, estes foram representados por nomes comuns, escolhidos aleatoriamente.

Para garantir legitimidade das informações coletadas e referendar cada uma das participações, apresentou-se a cada um/a dos/as informantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética da UEPB.

O presente livro, então, está dividido em cinco capítulos: o Capítulo I, intitulado “Participação juvenil, políticas públicas e gênero”, inicia o debate com alguns aspectos conceituais, ao mesmo tempo em que examina as políticas públicas de juventude, buscando evidenciar as mudanças no âmbito das ações governamentais, principalmente, a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Posteriormente, problematiza os novos espaços de participação política juvenil, apresentando as diferentes interpretações sobre as formas de participação vivenciadas pela juventude na contemporaneidade.

O Capítulo II, cujo tema é “Juventude, políticas públicas e poder local”, apresenta o mapeamento dos programas de políticas públicas e projetos sociais direcionados aos/às jovens, desenvolvidos pelo governo municipal de Guarabira/PB, com o objetivo de problematizar como tem se constituído, no âmbito do poder local, a preocupação com as problemáticas das juventudes no momento de elaboração de ações governamentais no campo das políticas sociais.

No Capítulo III, denominado de “Espaços de participação juvenil”, serão abordados os diversos espaços da

sociedade civil com a presença de jovens, no âmbito do 'associativismo local' e de 'articulações interorganizacionais' na esfera pública, além dos espaços públicos de participação institucionais que aglutinam representantes da sociedade civil e dos governos (Estado), a exemplos dos conselhos gestores de políticas públicas e dos conselhos tutelares. Também será tratada aqui a presença e a participação da juventude nas discussões sobre políticas públicas, quando reivindica seus espaços de participação e o direito à cidadania, se constituindo enquanto sujeitos de direitos e exercendo o protagonismo juvenil.

No Capítulo IV, com o título "Motivações e autoavaliações da participação juvenil", são abordadas as motivações dos/as jovens para a ação política, tendo como meta problematizar algumas análises que apontam para a passividade e não participação da juventude no contexto contemporâneo.

Finalmente, o Capítulo V, denominado "Participação política e gênero no discurso dos/as jovens", problematiza os discursos dos/as jovens entrevistados/as, trazendo para o debate o posicionamento da juventude sobre a participação de homens e mulheres na esfera política, de modo a compreender como esses/as jovens concebem as formas e/ou modos de participação política dos homens e das mulheres na sociedade contemporânea.

Participação Juvenil, Políticas Públicas e Gênero

1.1. Políticas públicas, gênero e juventude

Nas últimas décadas, várias discussões passaram a circular na sociedade ganhando espaço na esfera pública, principalmente a partir dos anos de 1980. Um exemplo claro são os debates sobre as questões de gênero, a cidadania ativa e, mais recentemente, as políticas públicas para a juventude.

Na sociedade brasileira, as conquistas sociais, em sua maioria, são decorrentes dos conflitos e lutas sociais que se configuram em processo político importante para a constituição de políticas públicas democráticas.

As mudanças oriundas do processo de democratização da sociedade brasileira fizeram surgir no país novas iniciativas políticas que incorporaram a participação da população, favorecendo o exercício da cidadania, caracterizando-se como um dos elementos fundamentais para que se concretizasse o caráter público das políticas, necessário para a inclusão social. Nesse sentido, pensar sobre a cidadania remete, também, a refletir sobre uma sociedade mais humana, igualitária e democrática, o que exige levar em consideração a superação da assimetria de gênero nas relações entre as pessoas.

Pensar uma sociedade dessa forma é incorporar a categoria gênero como construção social realizada a partir da percepção da diferenciação entre os sexos. Para Scott (1995), o gênero não é uma mera decorrência dos corpos, mas parte dos saberes que produzimos para classificar as diferenças

que percebemos e, ao percebê-las, hierarquizamos. Gênero é, então, construído sobre a base da *percepção* da diferença entre os sexos.

Desse modo, não se pode compreender o corpo fora da cultura, pois nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados. “O corpo, aparentemente “natural”, não é mais do que um “efeito naturalizado” do discurso” (SALIH, 2013, p. 113). Porém, não significa que a vagina e o pênis, por exemplo, passaram a existir somente quando foram criados no campo da linguagem e da cultura. Ora, ambos estão lá, porém sua existência só tem sentido e somente pode ser compreendida a partir de um discurso que é construído, de uma percepção que é cultural.

Dizer que gênero está baseado na percepção das diferenças corporais não é recair na dicotomia sexo x gênero, ou seja: o sexo sendo exatamente o determinante biológico, “natural”, inato, que irá diferenciar macho e fêmea, e gênero se referindo a tudo o que é socialmente criado e instituído para definir o que é ser homem e o que é ser mulher. Como nos diz Miskolci (2012, p. 32),

o masculino e o feminino estão em homens e mulheres, nos dois. Cada um de nós – homem ou mulher – tem gestuais, formas de fazer e pensar que a sociedade pode qualificar como masculinos ou femininos independentemente do nosso sexo biológico.

Certamente, diferentes domínios da vida social, como a infância, a adolescência, a maternidade, a sexualidade, etc., têm sido associados à natureza, ao biológico, sendo retirados da ação humana e tratados como se fossem únicos, imutáveis, a-históricos. O esforço deve ser justamente tomar o sentido oposto: desnaturalizar esses domínios, desconstruindo-os. O

corpo, nesse contexto, não é mais uma constante, e sim uma variável, pois ambos, gênero e sexo, são conceitos históricos, formas de saber, ou seja, conhecimento produzido a respeito dos indivíduos sexuados, dos seus corpos, das diferenças sexuais, e, desta forma, cambiáveis no tempo e no espaço. (SCOTT, 1995, 1999)

Nesse sentido, o gênero está relacionado a padrões e convenções culturais, por isso variável no tempo e de sociedade para sociedade, perpassando todas as construções históricas.

Compreender a categoria gênero de acordo com a própria dinâmica da sociedade proporciona perceber que a História não tem marcado a presença dos seus/as verdadeiros/as atores/atrizes. Especialmente as atrizes se encontram ocultas, pouco ou nunca registradas. No entanto, foram elas as responsáveis pela conquista de direitos, principalmente a partir da redemocratização brasileira e do avanço dos movimentos sociais.

Muitas das conquistas que se tem hoje, em termos dos direitos sociais, não aconteceram por concessões do Estado, mas através de lutas sociais, com a participação de atores/atrizes organizados em movimentos juvenis, étnico-raciais, de mulheres, gays/lésbicas/bissexuais e pessoas trans, etc.

Para melhor entender as iniciativas de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil da sociedade, faz-se necessário uma breve historicização dos processos que demandaram tais políticas tendo os/as jovens como seu principal alvo.

A delinquência aliada ao perigo social e aos processos de contestação, segundo Iulianelli (2003), fazia parte dos enfoques e análises sobre juventude no início do século XX. Em termos de legislação, tendo em vista as propostas do Estado, obteve respaldo inicialmente o 1º Código de Menores em 1927, o qual representa um marco no que diz

respeito à intervenção do Estado na formulação das primeiras políticas públicas para a juventude no Brasil. O código tinha como preocupação principal o saneamento social de tipos indesejáveis (UNESCO, 2004), isto é, visava moralizar os “jovens-problemas” na tentativa de conter os conflitos que eram estabelecidos, os quais ameaçavam a ordem vigente. Essas políticas não colocavam em pauta a diversidade e as desigualdades que atravessavam esses grupos juvenis, não respeitando a vivência da experiência juvenil como algo particular, considerando-a apenas como um período antecedente à fase adulta, no qual o jovem que não estivesse devidamente moldado deveria ser controlado ou punido.

Na década de 1960, tendo em vista o contexto de repressão imposto pela Ditadura Militar, emergem duas tendências interpretativas hegemônicas com foco na juventude: os que analisavam a juventude como delinquente e os que viam na juventude um potencial revolucionário.

Já na década de 1970, os protestos assumidos pelos setores juvenis estudantis de classes médias saíram um pouco de cena e outros atores juvenis vão se firmar no cenário político, trazendo a público os movimentos e expressões culturais, tendo como protagonistas jovens pobres (GILIOLI; CATANI, 2008). Movimentos vinculados às diferenças étnicas, ao feminismo e à ecologia também foram considerados significativos nesta década.

Na década de 1980 são constatadas novas ações juvenis relacionadas a vários aspectos. O ano de 1985, por exemplo, é declarado o Ano Internacional da Juventude, a partir da Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, nesta década, o desenvolvimento social da juventude foi comprometido devido ao pouco incentivo dos governos em políticas públicas neste âmbito.

Os anos 1990 são marcados por mudanças de percepção e de elaboração de políticas públicas para juventude

no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o marco significativo da mobilização da sociedade em torno dos direitos da infância e da adolescência (SPOSITO, 2003). Mesmo representando um avanço significativo, o Estatuto só englobava indivíduos até os 18 anos, permanecendo sem proteção os jovens entre 18 e 29.

A inserção das propostas neoliberais no Brasil se traduziu em uma conjuntura desfavorável e adversa para o bom andamento das políticas sociais. O governo passa a transferir suas competências a outros órgãos da sociedade ao invés de cumpri-las, promovendo uma desarticulação das políticas, o que resultou em ações fragmentadas e longe de cumprir o princípio da universalidade. Não foi diferente, pois, com as políticas direcionadas à juventude, as quais careceram de orçamento próprio no rol das políticas públicas.

Mesmo diante de tantas contradições políticas e econômicas por parte do Estado brasileiro, pode-se demarcar a intenção do governo Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, em implementar programas destinados à juventude. A partir de 1995 foram criados vários programas, distribuídos entre os diferentes Ministérios, dos quais se destacam os seguintes: Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei e o Programa de Promoção dos Direitos das Mulheres Jovens Vulneráveis à Violência Sexual e à Exploração Sexual Comercial, do Ministério da Justiça; o Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem, do Ministério da Saúde; o Programa Agente Jovem, do Ministério da Assistência e Previdência Social; o Jovem Empreendedor, do Ministério do Trabalho. Porém, estes programas apresentaram fragmentação das ações, descontinuidade administrativa e falta de articulação entre a formulação, a decisão e a efetividade na realização dos mesmos. (RUA, 1998)

No fim da década de 1990, são visíveis a formulação e a execução de políticas específicas para juventude, decorrentes

da preocupação de alguns governos na democratização das ações no poder local dos municípios. É possível enxergar, nesse período, tanto em âmbito municipal quanto no regional, a disponibilidade no estabelecimento de uma relação do cidadão com o Estado, visando à constituição de programas e projetos voltados para a juventude. É válido salientar que muitos desses programas, antes de serem implementados pela esfera estatal, constituíram-se como ações de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para o público juvenil e, apenas posteriormente, tornaram-se ações do governo para a juventude. (IULIANELLI, 2003)

Em 2002, no último ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, existiam 33 programas federais direcionados aos jovens. A execução desses programas ficava por conta dos estados ou municípios, ONGs ou fundações empresariais, para as quais o governo federal fazia transferência de recursos financeiros.

Essa proposta do governo federal, que consistia, quase que exclusivamente, na transferência de recursos para os órgãos acima citados, revela certo descompromisso do governo com a juventude, ficando visível a falta de uma proposta consistente do governo na realização de ações que tivessem a juventude como público alvo. (SPOSITO, 2003)

Em 2005, já no governo Lula, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Pela primeira vez na história, o país passou a contar com uma política de Estado voltada para os jovens. Esta política se constitui como sendo a primeira ação governamental, no campo das políticas públicas no âmbito nacional, direcionada aos jovens. A partir desse ato político, criam-se secretarias, instituições

governamentais e coordenadorias municipais e estaduais no apoio ao atendimento dos programas, projetos e ações voltadas às políticas públicas de juventude. (SANTOS; ARAÚJO; SANTIAGO; MOREIRA, 2007)

A política de descentralização e municipalização das políticas públicas fomentadas pela reforma do Estado definiu que o atendimento à juventude passasse a ocorrer nas administrações locais, criando novas estratégias nas relações do Estado com a sociedade civil, exigindo uma ampliação dos processos participativos no momento de elaboração e execução das ações públicas. Apesar desse processo político que vem se constituindo na sociedade brasileira, Pontual (2003) chama a atenção para a dimensão pública das políticas públicas, no sentido da garantia de direitos e de sua universalidade, tendo em vista sermos um país com grandes desigualdades sociais. Nesse sentido, indica alguns aspectos fundamentais para a realização dessa dimensão pública no âmbito das políticas públicas para a juventude: a dimensão da inclusão, a dimensão da diversidade, a questão da participação e, por último, o exercício de uma cidadania ativa.

Nessa mesma perspectiva de pensar sobre as políticas públicas para a juventude, Sposito (2003, p. 59) questiona se “seriam os próprios jovens mandatários dessas políticas ou apenas o mundo de adultos articulado no campo das instituições?”. Esse questionamento abre espaço para a compreensão dos vários problemas que acarretam a criação e o desenvolvimento das políticas públicas de juventude, como aponta a referida autora, quando indica a necessidade de se analisar, no momento da elaboração das políticas públicas, que atores estão demandando tal política.

Além desse questionamento, Pontual (2003) destaca vários desafios a serem considerados para a efetivação de políticas públicas para a juventude, dos quais podemos apontar os seguintes:

- O reconhecimento da existência da diversidade na juventude a exemplo de jovens homens, mulheres, negros, portadores de deficiência, entre outros. Por isso, os programas e ações que são criados precisam considerar essa diversidade juvenil;
- A transformação da temática da juventude em um tema transversal para as políticas públicas;
- A importância da existência dos canais de participação da juventude e dos seus espaços de diálogo. Por isso, a importância de pensar a mais ampla forma de diversidade de instrumentos, tanto em nível formal, como os conselhos, coordenadorias ou assessorias, quanto em nível informal;
- Por fim, o desafio de trabalhar diferentes formas de linguagens, no que se refere à questão do diálogo e da participação, pois é necessário mudar a concepção de que o espaço de participação e de diálogo precisa ser discursivo e sério. Pelo contrário, se a intenção é que a juventude, assim como outros grupos, faça parte desses espaços, então eles precisam ser atrativos.

A partir dessas reflexões indicadas por Pontual (2003), cabe agora serem retratados os novos formatos de participação política juvenil que vêm sendo desenhados na contemporaneidade brasileira, refletindo a inquietação da juventude frente às formas tradicionais do fazer política.

1.2. Novos formatos da participação política juvenil

A temática da participação política tem se apresentado como um debate bastante polêmico e instigante nos trabalhos que tratam de analisar o papel da juventude na sociedade, tendo em vista as diferentes interpretações sobre as formas de participação vivenciadas pela juventude na

contemporaneidade. Alguns posicionamentos destes trabalhos são marcados por uma perspectiva de descrédito da política, pelo fim das utopias, etc., e podem não ajudar a pensar os processos participativos em que os/as jovens estão inseridos na atualidade, dentro de um contexto de participação política em que novos sujeitos e espaços vão sendo constituídos.

Tendo como referência a realidade brasileira, nos anos 40 do século XX acontecem avanços importantes na história da participação política da juventude, a exemplo da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, organização representada pelos estudantes universitários, os quais articulavam e mobilizavam protestos e reivindicações sociais e políticas, postura que prevalece até os dias atuais.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por forte participação política de jovens oriundos/as das camadas médias e alta da sociedade, ligadas, principalmente, nos movimentos estudantis: mobilizações que tiveram grande visibilidade na sociedade pelo seu potencial crítico aos valores vigentes; participação que, segundo Gilioli e Catani (2008), obteve uma maior atenção da sociedade por seus protagonistas pertencerem a segmentos sociais reconhecidos pelas esferas do poder, em detrimento dos/as jovens que pertenciam às camadas populares que, embora sendo importantes nas rebeliões existentes na época, acabaram sendo esquecidos/as. Tal constatação pode ser verificada também nos estudos de Abramo (2005), quando destaca que a visibilidade da juventude no Brasil, nesse período dos anos 1960, foi reduzida aos/às jovens com níveis de escolaridade elevados e pertencentes às classes médias. Nesse sentido, a participação política da juventude teve como espaço os movimentos estudantis, de contracultura ou os ligados aos partidos políticos de esquerda.

Nas décadas de 1970 e 1980 essa realidade começa a apresentar mudanças. Novos/as atores/atrizes juvenis passam

a ocupar o cenário político, agora não apenas os/as jovens de classes médias. Nesse momento, jovens das classes populares entram em cena, trazendo novas demandas sociais e políticas para a agenda pública. A afirmação de Abramo (2003, p. 39) reflete nessa direção:

Mas também pelo aparecimento de novos atores juvenis, em grande parte dos setores populares, que vieram a público, principalmente por meio de expressões ligadas a um estilo cultural, colocar questões que os afetam e preocupam diferentes daquelas colocadas pelas gerações precedentes, e para as quais não havia nem mesmo formulações elaboradas no plano da política.

Com o processo de redemocratização do Brasil, iniciado nos anos de 1980, amplia-se as formas de participação na sociedade, período em que passa a acontecer um maior engajamento de jovens em espaços de participação, desenvolvendo ações reivindicativas por direitos. Tais mudanças têm despertado grandes expectativas políticas e culturais no cenário político brasileiro.

Nesse período, ganha amplitude os movimentos multi-identitários e culturais, adquirindo relevância os canais de participação na música, como o Hip Hop, o Rap, expressões culturais que possuem um caráter de protesto social sobre as condições de vida das populações de periferias, em especial dos/as jovens. Movimentos que as/os levam a desenvolver ações contra o uso do álcool, das drogas, e o combate à violência, situações que acabam por incidir diretamente na vida dos/as jovens.

Nesse período, emergem, também, os movimentos anarco-libertários que possuem raízes nas tradições do século XIX, muito presente em algumas regiões do Brasil, assim como os movimentos de rua como o *break*, a prática do

grafite, os quais são atividades que têm conseguido, neste século, aglutinar mais jovens do que os movimentos políticos tradicionais. (GONH, 2010)

O florescimento de movimentos sociais e culturais – feminismo, ambientalismo, defesa dos direitos humanos, das liberdades sexuais etc. [...] – tiveram um importante papel na conformação da sociedade atual, reagindo de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, se revoltaram contra a injustiça e procuraram a liberdade necessária para a experimentação pessoal. Em sua luta, questionaram as bases profundas da sociedade e rejeitaram os valores estabelecidos, prepararam o cenário para uma ruptura fundamental na sociedade. (CASTELLS, 1996, *apud* GONH, 2010, p. 90)

Nesse contexto de pluralidade de atores/atrizes em espaços juvenis, a participação política dessa parcela da sociedade ganha contornos que ultrapassam as formas tradicionais de pensar a ação política da juventude. Aqui, é importante observar que não há uma homogeneidade de atitudes, pensamentos ou vontades em meio às organizações juvenis. Assim, como na década de 1960, nem todos os jovens se encaixavam na condição de “revolucionários”, pois muitos mantinham uma posição tradicional. Da mesma forma acontece hoje: nem todos os/as jovens são alienados/as, consumistas ou delinquentes; há muitos/as jovens que se interessam pela política, que participam de espaços que possibilitam novas sociabilidades, que são críticos e atuantes em diversas esferas da sociedade. (GILIOLI; CATANI, 2008)

A participação política passa a ser pensada não mais centrada em uma atividade eminentemente institucionalizada ou formalizada, a exemplo da atuação em partidos

políticos ou sindicatos. Os movimentos sociais trazem uma roupagem mais dinâmica e plural para a cena pública com novos arranjos organizativos e temáticos. São novas formas e canais de participação da juventude na sociedade atual, necessitando, portanto, pensar a política como uma ação cotidiana que perpassa as relações sociais, que vai além das relações e espaços institucionalizados.

Vai se configurando na sociedade uma participação juvenil com um caráter mais difuso e fragmentado, sem necessariamente se orientar por referenciais de grandes ideologias, com uma organização menos centralizada, visto que os processos organizativos vão se conformando de modo mais disperso. A afirmação de Machado (2003, p. 24) reflete nessa perspectiva:

Nos novos espaços pelos quais os jovens buscam agir na sociedade, a cultura (ou as 'manifestações culturais') passa a ser o principal elemento motivador. A utilização de linguagens alternativas para expressar seus anseios aponta tanto para uma tentativa de 'inovação estética', quanto para uma busca pela criação de canais próprios para expressar suas 'vozes', seus 'discursos'.

Nesse sentido, são construídas novas formas de sociabilidade e espaços de participação com um perfil ativo e propositivo, de articulações com as diversas esferas da sociedade, atuando não mais de forma isolada, mas em redes, possibilitando debates, interlocuções e reflexões. Dessa forma, fomentam-se bases para que se geste uma sociedade mais participativa, preocupada e interessada em novas demandas políticas e sociais.

É a partir dessa perspectiva que compreendemos a participação política juvenil na contemporaneidade. Visão que pode ser referenciada pela análise de Sposito e Carrano

(2003) quando afirmam que a participação política não é um tema desinteressante para os jovens, tendo em vista ser representativo o número de jovens que participam de algum grupo local, conforme demonstra pesquisa da Fundação Perseu Abramo.

Dados de pesquisa da UNESCO sobre juventude também reforçam essa perspectiva, quando revelam que 27,3% dos jovens brasileiros participam ou já participaram de alguma organização associativa, o que representa em termos absolutos aproximadamente 13 milhões de jovens distribuídos por ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, grupos de dança, música e congêneres. (CASTRO, s/d)

Aqui, portanto, envereda-se por uma compreensão política que questione a noção de participação política, entendida apenas como uma ação de envolvimento em espaços instituídos e tradicionais da política, a exemplo dos partidos políticos, sindicatos e movimentos estudantis.

Considera-se que as formas de associativismos que vão sendo formadas nas esferas participativas locais indicam outras formas de sociabilidades juvenis que vão emergindo na sociedade, a exemplo dos grupos associativos locais de diversas naturezas, além dos fóruns, redes temáticas, movimentos de redes, os quais se agregam e articulam diferentes demandas e movimentos, tais como: movimentos de moradia, de jovens, de mulheres, de negros, artísticos culturais etc. (GOHN, 2010). Dessa forma, vão se abrindo novos horizontes para se compreender os contextos de cada momento histórico, sem olhar o presente apenas com o referencial de momentos históricos passados.

Juventude, Políticas Públicas e Poder Local

Nos últimos anos, a temática das políticas públicas para a juventude tem ganhado visibilidade no cenário político nacional nos contextos federal, estadual e local, trazendo para o debate político e social a responsabilidade do Estado para com essa parcela da sociedade.

As mudanças institucionais ocorridas no Brasil, com o processo de redemocratização, apresentam modificações no campo das políticas públicas em decorrência do novo desenho do sistema federativo brasileiro, cabendo ao governo federal a coordenação das políticas sociais, e aos municípios, enquanto entes federativos autônomos, a responsabilidade de sua execução, através de repasses de recursos (CARVALHO, 2000). Portanto, é nesse contexto de retomada de processos democráticos no campo das políticas públicas que as questões da juventude ganham espaço na agenda pública. A partir desse momento político em que as questões sociais ganham uma maior atenção por parte do governo federal, as políticas públicas com foco na juventude também começam a ser contempladas nas ações governamentais.

Neste capítulo, o propósito é apresentar o mapeamento dos programas de políticas públicas e projetos sociais direcionados aos/às jovens, desenvolvidos pelo governo municipal de Guarabira/PB, de modo a perceber como tem se constituído no âmbito do poder local a preocupação com as problemáticas da juventude, através de ações governamentais no campo das políticas sociais.

O poder executivo no município de Guarabira/PB é composto por onze secretarias, com as seguintes denominações: Secretaria de Ação Social e Bem Estar da Família; Secretaria de Finanças; Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude; Secretaria de Cultura e Turismo; Secretaria de Indústria e Comércio; Secretaria de Agricultura; Secretaria de Infraestrutura; Secretaria de Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento; Secretaria de Administração e Recursos Humanos; Secretaria de Educação; e Secretaria de Saúde.

Um aspecto que chama atenção na denominação das secretarias nesse município é a incorporação da problemática da juventude em uma pasta específica na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Preocupação que se junta à discussão que vem sendo realizada em âmbito nacional, desencadeada a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando começa a se criar no âmbito local os conselhos de crianças e adolescentes, conselhos tutelares, conselhos de juventude etc. Como afirma Carvalho (2000, p. 167):

Assim, frente ao surgimento de programas públicos para a juventude, surgem em menor número os Conselhos de Juventude, em algumas cidades e estados. O surgimento destes conselhos reconfiguram um novo contexto para as políticas públicas locais de juventude, no sentido do reconhecimento institucional das questões juvenis e afirmação das políticas de juventude.

De acordo como mapeamento realizado, algumas secretarias municipais desenvolvem programas específicos para jovens. Entretanto, dado a demanda e as problemáticas vivenciadas pela juventude no município de Guarabira/PB, o número de programas direcionados para esse público ainda é pouco significativo, em especial quando se trata das jovens

mulheres, realidade que representa a situação de exclusão que predomina em nosso país em relação a essa parcela da sociedade, sendo, por muito tempo, deixada à margem pelas políticas governamentais, como indica vários estudos sobre políticas públicas e juventude no Brasil. (SPOSITO, 2003; ABAD, 2003)

Das onze secretarias existentes na prefeitura do referido município, apenas quatro informaram está executando algum programa, projeto ou ação de políticas públicas direcionadas aos jovens, como demonstra o quadro 01. As demais secretarias – Agricultura; Infraestrutura; Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento; Administração e Recursos Humanos; Finanças; Educação e Saúde – informaram não ter programas de políticas públicas destinados, especificamente, aos/às jovens.

Quadro 01: Programas de Políticas Públicas direcionadas aos/às jovens desenvolvidos pelas secretarias do município Guarabira/PB.

SECRETARIAS	PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JOVENS DE 15 A 29 ANOS
Ação Social	- Projovem Adolescente; - Geração de Renda (corte e costura, cabeleireira, manicure, culinária).
Esporte, Lazer e Juventude	- Academia da cidade; - Recreação nos bairros.
Cultura e Turismo	- Ensinamentos musicais (para composição de uma Banda municipal)
Indústria e Comércio	- Cursos profissionalizantes: bordado, manicure, serigrafia, instalações hidrossanitárias, eletricitista.

Fonte: Pesquisa realizada nas secretarias da cidade de Guarabira/PB, no período de ago./nov. 2009.

A Secretaria de Ação Social desenvolve dois programas: o Projovem Adolescente e o Projeto de Geração de Renda. O

Projovem Adolescente tem como objetivo a inclusão social de jovens, sendo um programa vinculado ao governo federal. É uma das modalidades do Projovem criada pela Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, como parte da política para a juventude executada em âmbito nacional. O Projovem é desenvolvido através de gestão integrada entre a Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação.

O Programa Projovem Adolescente é executado pela Secretaria Nacional de Ação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que descentraliza recursos para as secretarias municipais de Ação Social para a realização de ações socioeducativas e de qualificação profissional junto aos jovens de 15 a 17 anos de idade, pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

O segundo programa desenvolvido pela Secretaria de Ação Social é o de Geração de Renda, que desenvolve ações de empreendedorismo e capacitação profissional para jovens nas áreas da culinária, corte e costura e manicure. O público participante, em sua maioria, é de mulheres, caracterizando-se por uma vertente tradicional, presente na sociedade, que atribui a este grupo, independentemente de sua idade, ações consideradas socialmente femininas.

Esse tipo de ação desenvolvida deixa claro, segundo Saffioti (1987), que socialmente o espaço doméstico é atribuído apenas à mulher. No caso desse programa, tais atividades são tidas socialmente como domésticas, sendo por sua vez desvalorizadas, ficando explícito o tipo de profissões que são consideradas femininas. O referido programa não tem como objetivo a emancipação das jovens, pois não promove questionamentos acerca dos espaços femininos ocupados na sociedade. Fica evidente sua intenção em apenas gerar renda,

não contribuindo para que a mulher consiga romper com a sua situação de submissão e desvalorização profissional.

Na Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, encontramos dois programas que envolvem a juventude. Um direcionado para jovens, denominado de Academia da Cidade, que consiste na realização diária de atividades físicas desenvolvidas em praça pública com profissionais de Educação Física. Embora esse programa seja destinado para jovens, em sua execução há a participação de público variado (adultos/as e idosos/as). De forma semelhante, o Programa Recreação nos Bairros, destinado ao público em geral, com maior participação dos/as jovens homens e mulheres, tem por objetivos o lazer, a saúde, a cultura e a inclusão social. O programa é desenvolvido esporadicamente, através de uma parceria com as seguintes secretarias: Saúde, Ação Social, Cultura e Turismo. As atividades são desenvolvidas nos bairros que apresentam população com menor poder aquisitivo da cidade.

Apesar da existência de uma secretaria que inclui em sua denominação a juventude, observa-se uma ação ainda incipiente destinada a essa parcela da população, o que indica a falta de uma política mais estruturada para a juventude. As ações, ainda, necessitam focar mais na população jovem, levando em consideração as suas demandas, de modo a ter uma ação de políticas públicas planejada para a juventude, e não apenas incluí-la naquelas destinadas à população de forma geral, como ocorre nas demais secretarias.

O programa desenvolvido pela Secretaria de Cultura e Turismo, denominado de Ensinamentos Musicais, tem por objetivo qualificar pessoas interessadas em participar da Banda de Música Municipal. Esse programa não delimita a idade para seus participantes, no entanto, a maioria dos participantes é formada por jovens.

Na Secretaria de Indústria e Comércio foi identificado apenas um programa de política pública para jovens,

denominado de Capacitação Profissional, desenvolvido através da realização de cursos profissionalizantes nas seguintes áreas: bordado, manicure, serigrafia, hidrossanitário e electricista. Os cursos de bordado e manicure são direcionados apenas para mulheres e os demais para ambos os sexos. Seu objetivo é proporcionar a qualificação e profissionalização dos/as mesmos/as. Percebe-se que, da mesma forma que ocorreu no programa Geração de Renda da Secretaria de Ação Social, aqui também permanece a oferta de cursos seguindo a tradicional divisão sexual do trabalho: atividades exclusivas para o público feminino e masculino.

É importante destacar, nesse conjunto de ações elencadas, a presença de um forte viés de capacitação profissional direcionada aos/às jovens de baixa renda moradores/as das periferias urbanas, realidade que está imbuída de uma característica de políticas compensatórias e de controle.

Muitos dos programas sociais a eles destinados encerram nítidas dimensões de contenção de um possível comportamento violento e disruptivo. Encontramos, ainda, proposições que consideram os segmentos jovens como um capital humano que deve ser cada vez mais rentável, mediante alguns investimentos que os habilitem a uma melhor qualificação – dentre eles o educacional –, tal como foi observado a partir dos anos de 1970 no Brasil, com as denominadas teorias do capital humano. Há, também, percepções que defendem mecanismos de inclusão de jovens marginalizados, mediante políticas compensatórias ou de ampliação das possibilidades de integração no mercado de trabalho. (FREITAS; PAPA, 2003, p. 62)

Assim, diante dos dados analisados, percebe-se que o desenvolvimento dos programas de políticas públicas para

a juventude em Guarabira/PB tem demonstrado fragilidade, seja em relação ao número de programas e ações desenvolvidos pelas secretarias municipais, seja no que diz respeito ao atendimento dos/as jovens, tendo em vista que parte dos programas não tem o jovem como foco, realidade que se complica ainda mais quando diz respeito às jovens mulheres.

As ações consistem, basicamente, em desenvolver cursos profissionalizantes e atividades esportivas. Os cursos profissionalizantes são idealizados atribuindo à mulher atividades que são socialmente desvalorizadas, e, por isso, mal remuneradas e compreendidas como funções femininas. Não há perspectivas de um desenvolvimento da juventude que possa levá-la a contribuir com a transformação da realidade social em que estão inseridos/as os/as jovens.

Espaços de participação juvenil

3.1. Espaços de participação

A reflexão em torno da temática ‘espaços de participação’ referendará basicamente a contribuição teórica apontada pelas autoras Scherer-Warren (2007, 2006, 1999), Gonh (2010), Silva, Wanderley e Paz (2006) e Silva (2002).

Scherer-Warren (2007, 2006) assinala a existência de diversos espaços de participação na sociedade brasileira, indicando aqueles pertencentes exclusivamente ao âmbito da sociedade civil e outros que aglutinam não somente a sociedade civil como também a presença de representantes do governo. Neste último âmbito estão as conferências de políticas públicas e os conselhos setoriais de iniciativa governamental. Na mesma perspectiva da participação institucional estão também os conselhos tutelares, apesar da sua peculiaridade em relação aos conselhos gestores de políticas públicas.

Inicia-se a reflexão abordando os espaços estritamente inseridos na sociedade civil, e, posteriormente, os que agregam a sociedade civil e as instituições estatais.

A sociedade civil é conceituada por Scherer-Warren (2007) como a representação da diversidade e multiplicidade de segmentos sociais relacionada à esfera da defesa da cidadania e de suas formas de organização em torno de interesses públicos. Com essa conceituação, a referida autora identifica três níveis de organização da sociedade civil brasileira para o “encaminhamento das ações em prol de políticas sociais

e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 110). Ou seja, ela aponta formas de organização em nível de ‘associativismo local’, de ‘articulações interorganizacionais’ e de ‘mobilizações na esfera pública’.

O ‘associativismo local’ engloba todas as formas de organizações (associações civis, movimentos comunitários, sujeitos sociais) envolvidas com as causas sociais ou culturais do cotidiano, expressando forças associativas locais e/ou comunitárias. A autora cita, como exemplo desse associativismo, os empreendimentos solidários, as associações de bairros, os núcleos locais de movimentos sociais e os coletivos informais desprovidos de institucionalidade que lutam por novas formas de expressão simbólica. No campo da juventude, podemos citar as tribos urbanas e grupos neo-anarquistas como exemplos de organizações vinculadas ao associativismo de base local.

As ‘articulações interorganizacionais’ são formas de empoderamento das organizações e movimentos do associativismo local que se juntam para fortalecer sua interlocução com o Estado. Nas palavras de Scherer-Warren (2007, p. 111), “são formas de mediação em que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado”. Neste segundo nível são destacadas as redes e os fóruns em níveis municipais, estaduais e nacionais. Trata-se de espaços de articulações societárias que ao permitirem a reunião de diferentes organizações viabilizam a construção de projetos políticos compartilhados. O fato de existir um ator coletivo na defesa de um projeto compartilhado fortalece a possibilidade de êxito de esse projeto fazer parte da agenda pública da sociedade.

Silva (2002) acrescenta que este ator coletivo (fóruns e redes) não pressupõe a diluição das identidades envolvidas, mas possibilita a construção de consensos e formulação de

ações comuns a partir de uma interação comunicativa. Silva (2002) alerta, ainda, que a intensificação do surgimento de vários fóruns e redes de organizações sociais no Brasil traduz a configuração de um tecido associativo mais plural e denso, forjado desde os anos 1980, momento em que houve forte interferência dos movimentos sociais no cenário político brasileiro.

Gohn (2010), tratando das associações civis organizadas em redes, ou redes sociais, agrupa-as em três grandes blocos:

- 1) Movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos nos âmbitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Trata-se, geralmente, mas não exclusivamente, de movimentos vinculados aos segmentos sociais excluídos, podendo-se exemplificar o de mulheres, o afrodescendente, o indígena, o de jovens, dentre outros;
- 2) Movimentos e organizações de lutas por melhores condições de vida e trabalho, seja no espaço urbano ou rural, que demandam acesso à terra, alimentação, saúde etc.;
- 3) Movimentos globais que articulam ações em redes sociopolíticas e culturais, através de fóruns, plenárias, conselhos, etc. Exemplo emblemático desse tipo de articulação é o Fórum Social Mundial.

Concluindo as considerações sobre os níveis de organização exclusivos em âmbito da sociedade civil, Scherer-Warren (2007, p. 112) indica as 'mobilizações na esfera pública' como resultado da articulação de "atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes", as quais buscam ampliar o âmbito de sua ação por meio de grandes manifestações na praça pública, envolvendo novos participantes. Trata-se de uma das formas mais expressivas de pressão política no espaço público. Scherer-Warren (2007) aponta como exemplo dessas mobilizações a Marcha

Mundial das Mulheres, a Parada do Orgulho Gay, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária.

No que se refere aos espaços de participação institucionais, que aglutinam a sociedade civil e representantes dos governos, cabe contextualizar historicamente as circunstâncias que culminaram em suas legitimações.

A década de 1980 foi um período permeado pelo surgimento de novos protagonistas na sociedade brasileira com posturas e discursos a favor da democracia, liberdade, justiça social e participação popular, visando dar nova roupagem às políticas sociais para atender as demandas da população de forma mais efetiva, na perspectiva de reverter todo o cenário autoritário que perpassou a história da sociedade brasileira durante o golpe militar. Buscava-se, assim, propiciar possibilidades de gerar cidadãos mais participativos na proposição, controle e fiscalização de políticas públicas, com o propósito de promover a descentralização e a democratização de tais ações.

A promulgação da Constituição de 1988 (Constituição Cidadã) foi um processo decisivo para a institucionalização dos direitos sociais garantidos por leis e concretizados através das políticas públicas, trazendo como princípio a democracia participativa, redesenhando uma nova gestão pública pautada na abertura da participação popular nos eixos de planejamento, formulação e controle das políticas. Além disso, vale ressaltar, nesse contexto, as relevantes contribuições da sociedade civil na conquista de tais prerrogativas, resultado de muitas lutas frente às adversidades e contradições que afluíam no cotidiano.

De acordo com Presoto e Westphal (2005), em resposta às problemáticas emergentes da sociedade, a Constituição de 1988 prevê a criação de órgãos colegiados como os Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, que são mecanismos para possibilitar uma maior democratização da coisa

pública e controle dos interesses e prioridades dos diversos segmentos sociais.

Portanto, estes conselhos são espaços de participação popular que se gestaram nesse contexto de redemocratização da sociedade brasileira, momento em que as políticas públicas aparecem como ações do Estado no sentido de tornar possível a materialização dos direitos sociais garantidos pela Constituição cidadã.

A efetivação das políticas públicas como também a participação social em seus espaços de planejamento, formulação e estabelecimento, são acontecimentos advindos de uma nova forma de fazer gestão pública, marcada pela descentralização política e administrativa. De acordo com as análises de Tatagiba (2002), a intensificação dos problemas sociais juntamente à crise do setor público, também associada à demanda dos setores da sociedade por um controle do Estado e de suas ações e políticas, ocasionaram inquietações acerca do padrão centralizador e excludente presente na relação do próprio Estado com os beneficiários das políticas públicas. Esse novo cenário, no qual se fizeram presentes vários questionamentos relativos à reivindicação pela democratização da esfera pública, instituíram os conselhos gestores ou setoriais que foram considerados legalmente indispensáveis para o repasse dos recursos da União aos Estados e municípios.

Os conselhos gestores de políticas públicas são, portanto, espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. (TATAGIBA, 2002, p. 54)

Diante disso, os conselhos gestores são expressos como espaços de democracia participativa, nos quais representantes

do poder público e da sociedade civil devem ser integrantes ativos e participativos das formulações e decisões que irão nortear o papel de cada conselho. Porém, a composição paritária destes espaços muitas vezes representa um verdadeiro problema, pois legalmente não existe uma determinação estipulada da constituição dos conselhos. Nesse aspecto, Saule Jr. (1998) enfatiza que o comando constitucional é o de assegurar que os indivíduos da sociedade participem nos órgãos da administração pública. Contudo, fica facultado à União, aos Estados e aos Municípios determinarem a composição dos conselhos, dependendo também da organização das comunidades interessadas, fazendo valer o equilíbrio entre os representantes.

É muito importante entender esses espaços não apenas como consultivos, mas de reafirmar o sentido deliberativo que os mesmos possuem conferindo à população que participa o direito de decisão. Porém, o que se verifica muitas vezes é a insuficiência da capacidade propositiva da população sobre as políticas públicas, se consubstanciando como um obstáculo para a efetivação do papel dos conselhos, decorrente de uma cultura política autoritária e centralizadora presente no poder local, impermeável à participação cidadã nas decisões públicas, em que os gestores públicos monopolizam as decisões. Neste contexto, são visíveis, também, as limitações dos conselhos referentes à formação dos conselheiros e à infraestrutura dos espaços que, na maioria das vezes, são bem precárias e comprometem o funcionamento das ações. (MOREIRA, 2002)

Mesmo diante de tantas limitações, são observadas diversas tentativas de resolução destes problemas, tornando ainda mais concreto o papel dos conselhos no desempenho do controle da gestão pública e na democratização das relações entre sociedade e esfera estatal. A presença dos conselhos gestores, pois, representou, e continua a representar,

um avanço na institucionalização da participação popular das políticas públicas.

No tocante aos Conselhos Tutelares, estes são instâncias não jurisdicionais que agem independente da gestão pública municipal. Exercem função de fiscalizar os direitos das crianças e adolescentes, de tarefa consultiva em relação às problemáticas demandadas pelas crianças e adolescentes, e função fiscalizadora no que diz respeito às entidades responsáveis pelo atendimento deste segmento. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, art. 136, *apud* BRASIL, 2005)

A ação do conselho tutelar está vinculada à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Este órgão, apesar de ser autônomo em relação à gestão municipal, deve ser criado por lei municipal e gerido com recursos municipais de maneira a garantir as condições necessárias para o seu funcionamento. A Lei prevê a existência de cinco conselheiros por órgão e o estabelecimento de pelo menos um conselho por município, designando que estes conselheiros sejam escolhidos pela comunidade da qual fazem parte. A condução da política dos conselhos tutelares é dada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), órgão que os fiscaliza.

Quando ocorre uma violação de direito da criança ou adolescente ou estes são vítimas de negligência, o conselho tutelar deve atender visando analisar todas as problemáticas e circunstâncias que permeiam o caso e em seguida fazer o encaminhamento devido. Ao conselho tutelar cabe a requisição de serviços públicos nos setores de assistência, saúde, previdência, educação, trabalho, etc.

3.3. Juventude e participação institucional

A análise dos dados que serão apresentados a seguir busca compreender a participação juvenil, tendo como referência o campo das políticas públicas e a participação dos/as

jovens nos espaços institucionais em âmbito local, reflexão que será feita através da apresentação dos canais de participação institucional existentes no município de Guarabira/PB, no caso específico, os conselhos gestores, tutelares e de programa, assim como a identificação da presença dos/as jovens nestes espaços.

No mapeamento realizado no município de Guarabira/PB foram identificados cinco Conselhos em funcionamento: o Conselho de Assistência Social, o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, o Conselho de Saúde e o Conselho Tutelar. Foram registrados três conselhos que têm na sua composição jovens assumindo o cargo de conselheiro/a, conforme demonstra o seguinte quadro:

Quadro 02: Distribuição dos conselhos com participação de jovens por gênero em Guarabira/PB.

CONSELHOS	HOMENS	MULHERES
Conselho Municipal de Assistência Social	03	-
Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB ¹	-	02
Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente	-	-
Conselho Municipal da Saúde	-	-
Conselho Tutelar	01	01

Fonte: Pesquisa realizada nas secretarias da cidade de Guarabira/ PB, no período de ago./nov. 2009.

A presença de jovens nos espaços de participação institucional contradiz as análises correntes de que a juventude hoje não tem participação política. Portanto, o envolvimento dos/as jovens nos conselhos gestores de políticas públicas no município de Guarabira/PB, apesar de tímida, como se

percebe no quadro acima, aponta para outra realidade que tem se constituído nos últimos anos por parte da juventude, de busca pela participação e incidência nas políticas públicas, seja através dos espaços institucionais ou da sociedade civil, como se analisa mais adiante.

Situação de participação que pode ser observada, também, através de dados da pesquisa com os estudantes secundaristas, quando afirmam já ter participado de diversas ações políticas, desde ações mais de caráter tradicional no campo da participação política, a exemplo das ações nos momentos eleitorais de caráter partidário, com envolvimento em comitês juvenis (passeatas, carreatas, comícios), manifestações públicas (campanhas de prevenção a AIDS, manifestações reivindicando serviços urbanos, movimento político da ficha limpa, mobilizações estudantis, etc.), panfletagem e reuniões, participação em projetos sociais e conferências de políticas públicas.

Esses dados apontam, do ponto de vista político, o exercício do protagonismo juvenil e a garantia da participação dos sujeitos usuários das políticas públicas, na sua proposição, elaboração e controle social. Neste sentido, podemos afirmar que o entendimento político sobre a juventude, enquanto sujeito de direito, com capacidade de participar dos processos de construção de políticas públicas, vem se construindo no âmbito do poder local de Guarabira/PB.

Os três jovens rapazes participantes do Conselho de Assistência encontravam-se representando três organizações da sociedade civil. Um representante do Movimento de Crianças e Adolescentes (MAC), organização que tem como objetivo desenvolver ações socioeducativas que favoreçam o protagonismo juvenil, com atuação em âmbito nacional e internacional. O segundo representa a Associação de Menores com Cristo (AMEC), organização não governamental vinculada à Igreja católica. Seu objetivo é o atendimento

às crianças e aos adolescentes em situação de risco social, através do recolhimento em abrigo, onde passa a morar e receber um atendimento integral até completar 18 anos. O terceiro representa a Fraternidade Cristã de Deficientes (FCD), organização também ligada à Igreja Católica com atuação em âmbito nacional. Seu objetivo é desenvolver ações sociais e cidadãs junto às pessoas com necessidades especiais, com um público bastante diversificado composto por homens, mulheres, jovens e adultos.

No Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) há duas conselheiras jovens que informaram não participar de nenhuma organização social. Porém, a participação no citado conselho ocorreu a partir de convite feito por professores que já faziam parte do FUNDEB em reunião no colégio onde as duas jovens estudam.

No caso do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA) não foi identificada a presença de jovens como conselheiros na sua composição. Entretanto, foram localizadas entidades que possuem trabalhos voltados ao público jovem, a exemplo da Associação de Menores com Cristo (AMEC), com participação, também, no Conselho de Assistência Social, como já foi relatado; a Fundação de Cultura e Arte (FUDCUCA), organização não governamental que tem como público as crianças e adolescentes, desenvolvendo ações socioeducativas a partir da cultura e da arte, com o objetivo de contribuir para a inclusão social desses sujeitos sociais para o fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil. Por último, a Associação ANAJÓ, organização não governamental, com atuação nas áreas da arte, cultura e educação, tendo como objetivo a difusão e a valorização da capoeira entre adolescentes e jovens, bem como a ação educativa, através do reforço escolar no contraturno da escola regular.

Um fato que chama a atenção é a ausência de jovens na composição do CMDCA enquanto conselheiros/as. Considera-se tal espaço fundamental para a presença de jovens e adolescentes poderem apresentar as demandas que atingem essa parcela da população, quando são eles/as os/as sujeitos/as dessa política.

Outro espaço de participação dos/as jovens no município de Guarabira/PB é o Conselho Tutelar, que atende a área urbana e rural, sendo composto por cinco conselheiros; desse total dois são jovens, sendo um jovem e uma jovem. No caso da jovem mulher, a mesma tem vínculo com uma organização não governamental ligada à Igreja católica, denominada de Associação Abrigo Comunidade Talita, que atende adolescentes e jovens mulheres em situação de risco social, em regime de abrigo. O segundo conselheiro, jovem homem, informou não participar de nenhuma organização social da sociedade civil.

O Conselho Tutelar tem um caráter diferente dos Conselhos Gestores, qualificando-se como um instrumento de fiscalização da política de direitos das crianças e adolescentes, em parceria com o Poder Judiciário. Como o critério para a participação como conselheiro tutelar não é a representação por organização social da sociedade civil, como no caso dos Conselhos Gestores, e sim através de eleição direta em que os eleitores inscritos na justiça eleitoral do município exercem o direito de votar e escolher o conselheiro, o Conselho Tutelar não exige participação direta de seus conselheiros/as em entidades juvenis. Cabe destacar que o referido conselho é composto pelos cinco candidatos mais votados.

Segundo Tatagiba (2002), existem três tipos de Conselhos, os quais foram possíveis de serem detectados nesse mapeamento. O primeiro se refere aos Conselhos de Programas, que são vinculados a programas governamentais concretos

que exercem funções executivas e de controle social no âmbito de um respectivo programa. Um exemplo desse tipo de Conselho é o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB. Outro tipo destacado pela citada autora é o de Políticas Públicas, o qual está ligado às políticas públicas concretizadas em sistemas nacionais. Geralmente são previstos em legislação nacional e têm caráter obrigatório. É o caso dos Conselhos de Assistência Social, de Saúde e da Criança e Adolescente, encontrados em Guarabira/PB. Suas práticas são de planejamento, proposições e fiscalização de políticas e, além disso, são partes integrantes do sistema nacional com atribuições legalmente estabelecidas no plano da formulação e implementação das políticas na respectiva esfera governamental.

Por último, os Conselhos Temáticos, os quais não possuem ligação direta com o sistema ou legislação nacional, pois atuam e existem por iniciativas locais ou estaduais, além de serem muito variáveis e estarem interligados a movimentos de ideias ou temas gerais. Na pesquisa em pauta não foram encontrados estes tipos de Conselhos no município de Guarabira/PB.

3.3. Juventude e sociabilidades de base local

Desmistificando a ideia de uma juventude apática, sem envolvimento com o mundo da política, foi localizada nessa pesquisa a participação de jovens em diferentes espaços de participação e sociabilidade em nível local com características distintas. Dentre estes espaços, destacam-se: 1) os grupos associativos de caráter religioso vinculados a igrejas, a exemplo de pastorais sociais da igreja católica, grupos de movimentos religiosos; 2) os grupos com perfil cultural, os quais estão relacionados às demandas no campo da arte e da cultura; 3) os grupos de caráter esportivo, tendo o esporte

como ação principal para o processo de sociabilidade juvenil; 4) e, por fim, os grupos com características sociopolíticas, tendo como principais demandas questões relacionadas à cidadania, às políticas públicas, etc.

Tal constatação aponta para uma leitura da realidade que identifica na juventude o seu potencial político, numa perspectiva de entendimento sobre a participação política que incorpora uma pluralidade de espaços associativos com a presença de juventudes, as quais têm experiências e vivências de sociabilidade e participação diferenciadas.

Dos 120 jovens pesquisados nas duas escolas públicas do ensino médio, 66,2% afirmaram participar de algum grupo ou organização juvenil de base local. Dentre os tipos de grupos que estes jovens participavam, os com maior envolvimento de jovens foram os de caráter religioso, com participação de 39,44%, seguido dos grupos de esporte e lazer, com 15,49% e, logo depois, os do campo artístico cultural, com 11,27%. Este panorama demonstra, portanto, o potencial participativo da juventude em seu cotidiano nos espaços locais.

Por sua vez, a análise da amostra dos/as jovens participantes dos conselhos, grupo locais, redes e fóruns, também demonstra forte penetração desse segmento nos processos participativos, posto que dos/as quinze jovens entrevistados/as treze participam de projetos sociais vinculados ou não ao próprio grupo do qual faz parte. Além disso, quando interrogados/as se os/as mesmos/as já haviam participado de algum movimento reivindicativo, nove deles/as confirmam já ter participado, demonstrando assim o envolvimento dos/as jovens em processos sociopolíticos vinculados com demandas relacionadas à cidadania.

Para detalhar a análise desse processo de participação, são elencadas algumas organizações sociais que contemplam a presença de jovens no município de Guarabira/PB,

caracterizados como grupos associativos e movimentos sociais de base local, conforme a reflexão de Scherer-Warren (2007).

O **Grupo de Amigos Jovens em Ação (GAJA)** é um grupo de caráter associativo local, fundado em 2004 por jovens amigos que estavam sempre juntos. O grupo é formado apenas por jovens rapazes, tendo como objetivo desenvolver ações com jovens acerca de questões socioeconômicas, educacionais e familiares, além da participação em espaços de discussão sobre políticas públicas direcionadas à juventude. As ações são desenvolvidas pelos integrantes do grupo junto a jovens da zona urbana e da zona rural.

O grupo **Encontro de Jovens com Cristo**, fundado em 2003, pertence ao movimento católico carismático, funciona na paróquia de São José e tem como objetivo evangelizar os/as jovens e envolvê-los nas atividades da comunidade, trabalho que é realizado através de encontros juvenis.

O grupo **Capoeira Angola Palmares** foi fundado na década de 1980 pelo mestre Nô no Estado da Bahia. Atualmente, tem ramificações em várias cidades do Brasil e em outros países. No município de Guarabira/PB, o grupo nasceu em 1994, funciona com seis professores e um coordenador, e tem como objetivo difundir a cultura afro-brasileira através do incentivo às várias expressões culturais como o afoxé, o samba de roda, cânticos e performance afro, além de sua atuação na área social junto a crianças e adolescentes em situação de risco social.

O **Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC)** foi fundado em Guarabira/PB há aproximadamente vinte e oito anos, por iniciativa de uma freira e um padre. Tem como objetivo fazer o acompanhamento de crianças e adolescentes no dia-a-dia, prevenindo o seu envolvimento em situação de risco social, a exemplo do uso de drogas, exploração sexual, etc. Desenvolve ações educativas no campo da cultura e

arte, educação e cidadania. As crianças e adolescentes capacitados pelas ações do movimento passam, posteriormente, a desenvolver tarefas de acompanhamento a outras crianças e adolescentes que estão se iniciando no movimento.

A **Associação de Basquetebol**, fundada em 2010, foi constituída por um grupo de atletas e pessoas amantes do esporte, com o objetivo de proporcionar cidadania para jovens e crianças mediante a prática esportiva, especialmente o basquete. A proposta da associação é estabelecer parcerias, através de projetos, junto às escolas, ONGs e demais instituições interessadas em desenvolver atividades voltadas para o basquete. Pretende-se criar equipes de basquete para disputar campeonatos em nível municipal e estadual. Entretanto, durante o período da coleta de dados da presente pesquisa, a associação ainda não havia estabelecido parcerias com alguma instituição. Vale acrescentar que, apesar do coordenador da associação ser jovem, seus componentes incluem pessoas da faixa etária adulta e jovem, não se constituindo em uma organização eminentemente juvenil.

A **ONG Anajô**, registrada e legalizada em 2007, teve como precursor o trabalho iniciado por um capoeirista em 1999 junto aos/às jovens e adolescentes no bairro do Nordeste. Naquele período, as ações eram realizadas nas dependências da associação de moradores do bairro. Após a estruturação da ONG, ampliou o âmbito de abrangência de suas ações passando a atender crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, buscando através da arte, da educação, da cultura e do esporte criar condições para fortalecimento da cidadania dos seus beneficiários. A Anajô tem como diretriz temática a preservação das expressões e memória da cultura afro-brasileira. Como atua no contraturno da escola regular, uma das regras básicas para inclusão de participantes é a inserção no ensino formal. Dessa forma, são desenvolvidas ações de reforço escolar, aulas de inglês

e de história da cultura afro-brasileira, além do ensinamento da capoeira, do afoxé, do maculelê e de outras danças e instrumentos pertencentes à tradição afro-brasileira.

A partir desse conjunto de grupos associativos, representativos das iniciativas de participação juvenil indicadas pelos jovens, pode-se afirmar que nos últimos anos houve uma ampliação e diversificação da participação juvenil no município de Guarabira/PB.

3.4. Juventude e articulações interorganizacionais

Além da participação nos grupos associativos e movimentos sociais locais, nos espaços institucionais de conselhos gestores de políticas públicas e conselhos tutelares, os/as jovens estão presentes, também, desenvolvendo o seu protagonismo nas redes e fóruns que compõem as articulações interorganizacionais. Trata-se de espaços de participação da sociedade civil que congregam diferentes organizações e movimentos sociais, constituindo-se como uma participação mais ampla e plural. Na pesquisa foram identificados os seguintes fóruns e redes com participação dos/as jovens:

- Fórum de Entidades e Movimentos Sociais
- Fórum de Juventude
- Fórum Estadual de Direito e Defesa da Criança e do Adolescente
- Rede Intersetorial de Enfrentamento a Exploração e ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes (REDEXI)

○ **Fórum de Entidades e Movimentos Sociais de Guarabira/PB** é um espaço de âmbito local, formado por movimentos sociais, associação de moradores, grupos associativos, organizações não governamentais, grupos de jovens e pastorais sociais. O fórum tem a participação de jovens homens e mulheres com idade entre 15 e 29 anos,

representando organizações juvenis e não juvenis. Foi criado com o objetivo de articular organizações e movimentos sociais para uma ação de mobilização conjunta dos movimentos sociais no âmbito do município. Desenvolve ações no campo das políticas públicas, tendo como foco de sua atuação a incidência no orçamento público municipal, através de propostas de programas de políticas públicas para serem incorporadas no planejamento anual do município. Nesse sentido, vem desenvolvendo ações de mobilização pública no âmbito municipal, a exemplo de audiências públicas na câmara de vereadores, atos públicos, uso da tribuna livre da Câmara Municipal, etc., constituindo-se enquanto um ator político no âmbito do poder local. Participam desse fórum as seguintes entidades envolvidas com pautas relacionadas à juventude: Movimentos de Crianças e Adolescentes (MAC), Pastoral da Criança, além de duas organizações não governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes: a Associação Menores com Cristo (AMECC) e a Associação Abrigo Comunidade Talita (abrigo para meninas).

O **Fórum de Juventude de Guarabira/PB** é um espaço formado por organizações e grupos de jovens, além de representantes de organizações não juvenis, que têm interesse em discutir as questões relativas à juventude. O fórum desenvolve ações públicas de caráter sociopolítico e cultural, com o principal objetivo de chamar a atenção dos poderes públicos para as questões relacionadas às políticas públicas de juventude, destacando-se como uma dessas ações o festival da juventude de Guarabira/PB, o qual se realiza uma vez por ano, com ações nas escolas, mobilização e evento público de encerramento. Outra ação importante desse Fórum é a incidência no orçamento público municipal que se realiza através da apresentação de propostas de políticas públicas para a juventude ao poder executivo no momento da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), e o acompanhamento

na câmara municipal no momento da discussão e sua votação pelos representantes do Poder legislativo. Os jovens participantes desse Fórum exercem cargos de coordenação, caracterizando-se como protagonistas sociais na conquista de seus objetivos, os quais estão ligados diretamente à questão da educação, lazer, esportes, cultura, etc. O Fórum é formado pelas seguintes organizações: Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC); Associação Menores com Cristo (AMECC); Associação Abrigo Comunidade Talita (Abrigo para Meninas); Grupo de Jovens em Ação (GAJA); Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD); Grêmio Estudantil do Colégio Polivalente; Fundação Ilê Axé de Oiá; Centro Unificado de Capacitação e Arte (Fundação CUCA); o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM). O Fórum de Juventude de Guarabira/PB, em conjunto com outros fóruns e organizações sociais, desenvolve ações de mobilizações mais amplas, em especial com o Fórum das Entidades e Movimentos Sociais do Município de Guarabira/PB.

O Fórum Estadual de Direito e Defesa da Criança e do Adolescente é um espaço de articulação da sociedade civil, formado por organizações que trabalham com a questão da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, com atuação também no âmbito nacional. No município de Guarabira/PB existe uma comissão articuladora do fórum, com a participação do MAC, AMECC, da Associação Abrigo Comunidade Talita, contemplando a participação de jovens entre 15 e 29 anos na equipe de articulação regional. Neste espaço não se identificou a participação de jovens mulheres, apenas jovens homens.

A Rede Intersetorial de Enfrentamento a Exploração e ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes (REDEXI) é uma articulação da sociedade civil, com atuação em âmbito estadual, para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. A sua estrutura organizacional

conta com comissões municipais para o desenvolvimento de suas ações. A participação dos jovens homens e mulheres se realiza nesses espaços locais, com o desenvolvimento de atividades de combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Participam dessa articulação o MAC, AMECC, a Associação Abrigo Comunidade Talita e o Fórum de Juventude de Guarabira/PB.

Motivações e Autoavaliações da Participação Juvenil

Na última década do século passado, a emergência de grupos juvenis na sociedade vai compor o cenário político com os mais variados grupos e demandas no campo cultural, político, econômico e social, constituindo-se enquanto um ator político importante para o processo de democratização da sociedade brasileira. Ao longo dos anos 2000, a presença de jovens nas mobilizações por direitos e o desenvolvimento de novos formatos de participação sociopolítica ganha destaque na sociedade, trazendo para o debate uma questão fundamental para se pensar sobre a participação política da juventude, principalmente, no que diz respeito às motivações para a ação política, tendo em vista algumas análises que apontam para a passividade e não participação da juventude no contexto contemporâneo. Ao contrário dessa visão, acostta-se à posição daqueles que, em suas reflexões, reconhecem a participação política juvenil em suas variadas formas de expressão (ABRAMO, 2008), quando tomando com aporte as análises realizadas em Guarabira/PB que demonstraram ampliação e diversificação da participação juvenil naquela localidade.

Pensando nessa direção, a participação política passa a ser compreendida não mais centrada em uma atividade eminentemente institucionalizada ou formalizada, a exemplo da participação em partidos políticos ou sindicatos. A participação nos movimentos sociais e grupos associativos juvenis, a qual traz uma roupagem mais dinâmica e plural para a cena

pública, com novos arranjos organizativos e temáticos, passa a ser considerada como nova forma e canal de participação da juventude na sociedade atual, possibilitando, portanto, se repensar a política como uma ação cotidiana que perpassa as relações sociais, alcançando além das relações e espaços formalizados. Participação que reforça a democracia participativa, agregando os vários sujeitos da sociedade civil, contribuindo para uma nova institucionalidade política que preserva e considera a diversidade político-cultural da sociedade, através das diversas práticas participativas, contemplando a lógica da inclusão. Portanto, é nesse contexto de participação política que se analisa os processos participativos vivenciados por jovens no âmbito local, nas suas mais variadas formas de associativismo juvenil ou não juvenil, os quais apresentam motivações diferenciadas por parte dos/as jovens envolvidos/as.

Dentre as várias motivações observadas na fala dos/as 15 jovens participantes dos espaços de participação no município de Guarabira/PB (conselhos gestores e tutelares, associativismo de base local e articulações interorganizacionais), foi possível perceber que os/as entrevistados/as apresentam uma identidade com o grupo do qual participa, ao mesmo tempo em que compreendem que o seu envolvimento nesses espaços contribui para mudança na realidade local. Dessa forma, quando os/as jovens foram interrogados/as sobre o que havia lhes motivado a participar dessas organizações, a maioria faz referência a essas duas motivações.

A questão da identidade com os espaços de inserção juvenil é quase unânime entre os/as participantes. Mesmo que motivados por diferentes aspectos, seja pelo convite de amigos, incentivo por parte de mediadores ou até mesmo o próprio interesse do/a jovem, a sua participação só se efetiva diante da identificação com o espaço, consideração que ficou visível na fala da maioria dos/as entrevistados/as.

A fala a seguir ilustra bem essa questão da identificação do jovem com o grupo no qual está inserido e com a causa que o mesmo defende:

Bem, cada organização tem o seu público alvo, né? É... Por exemplo, a FCD trabalha com as questões, né, relacionadas a pessoas com deficiência, direito, né, política pública, a questão da saúde, educação, o preconceito, então como eu sou deficiente, foi o que me motivou a estar participando dessa entidade... [...] (João, 25 anos, Membro da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD) e Membro do Conselho de Assistência Social, Guarabira, 20 de outubro de 2009)

É visível na fala desse jovem a identidade com o grupo, além da compreensão que apresenta sobre a questão dos direitos e das políticas públicas, aspecto que se observa também quando o mesmo jovem relata sobre sua participação sociopolítica em outros momentos de sua vida, sempre demarcando sua relação com a questão dos direitos e a busca por mudança na realidade em que está inserido, como destaca nesse outro trecho de sua fala:

O movimento estudantil, na época eu era estudante, né, e via muitos descasos como ainda tem, né, na educação e ao assim eu... é..., partiu de mim uma aproximação com a entidade para tentar organizar os jovens das escolas, né, e os estudantes para tentar melhorar a realidade. (João, 25 anos, Membro da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD) e Membro do Conselho de Assistência Social, Guarabira, 20 de outubro de 2009)

A sua compreensão sobre a importância da participação política é semelhante ao entendimento que a jovem do Fórum

de Juventude expressa, quando fala de seu envolvimento em espaços de participação social. Na visão dessa jovem, a sua participação é uma estratégia que lhes possibilita discutir políticas públicas, de forma mais ampla, direcionadas em especial aos jovens, como pode ser observado em sua fala ao destacar as motivações de sua presença no movimento de crianças e adolescentes.

É... A ausência de espaços que tem para as crianças e adolescentes, quando eu entrei [no MAC] foi uma forma que eu encontrei, assim, de estar discutindo políticas interessadas à juventude. (Aracy de Carvalho, 26 anos, participante do Fórum de Juventude, participante do MAC e da REDEXI, Guarabira, 11 de setembro de 2009)

Essa possibilidade de discussão a respeito de um tema tão importante para a juventude é algo que merece a sua dedicação, pois acredita que a partir da implementação de políticas públicas para a juventude poderá haver melhoria de vida para o segmento juvenil nas áreas de saúde, trabalho, educação, entre outras.

São coisas que eu gosto, me identifico, porque antes da criação do Fórum da juventude eu participava, é..., representava o MAC dentro do Fórum das Entidades Populares e Movimentos Sociais, e dentro dele e participava da discussão do orçamento público que era uma comissão formada por alguns representantes de algumas entidades que discutiam o orçamento participativo [...] e isso foi me instigando, me interessando, e agora me motivou a estar ocupando espaço o qual eu faço parte, né, que no Fórum da Juventude. (Aracy de Carvalho, 26 anos, participante do Fórum de

Juventude, participante do MAC e da REDEXI,
Guarabira, 11 de setembro de 2009)

Nessa direção de motivações relacionadas à questão das políticas públicas voltadas para as crianças, adolescentes e jovens, outros/as jovens também revelam essa mesma preocupação acerca de questões sociais, como se pode observar na fala de uma jovem que participa do Conselho Tutelar, quando faz a seguinte afirmação:

A falta de aplicação de política pública na cidade. Então, eu vi a necessidade profunda e a carência da cidade, pois não tinha respaldo para essa pessoa que vive excluída. (Elisabete Lobo, 29 anos, conselheira do Conselho Tutelar, Guarabira, 08 de julho de 2010)

Portanto, a preocupação dos/as jovens com as questões sociais aparece de forma muito incisiva dentre as motivações para a participação juvenil. Participar de um grupo abre a possibilidade de se envolver em ações de solidariedade, aspecto muito presente na fala de alguns jovens quando relatam os motivos de sua participação em um determinado grupo juvenil, como pode ser observado na fala do jovem a seguir.

O que me motivou foi assim, em certa parte... é, por mim gostar propriamente da área social, de estar ali buscando meios de ajudar a pessoa, na sociedade mesmo. Então, isso me motiva mais em certo ponto, entende? É sempre tá procurando novas ideias e aí procurar a melhoria. (Emanuel, 25 anos, participante do grupo GAJA, Guarabira, 07 de julho de 2010)

Outro aspecto presente entre as motivações elencadas pelos/as jovens está relacionado ao incentivo que os/as

mesmos/as recebem de outras pessoas para se inserirem nos grupos de sociabilidades.

O convite de uma freira [...] que começou a incentivar a gente a participar e trabalhar com crianças e adolescentes. (Maria Emília, 26 anos, participante do Fórum de Entidades e Movimentos Populares de Guarabira e do MAC, Guarabira, 14 de dezembro de 2009)

A presença de mediadores externos ao mundo juvenil, como um elemento importante nos processos de participação da juventude, muitas vezes mediados por projetos sociais desenvolvidos por ONGs, pastorais sociais de igrejas, etc., faz parte de um conjunto de motivações que influenciam nos processos de sociabilidades dos/as jovens e muitas vezes interferem na sua trajetória social, podendo transformar a realidade de muitos/as jovens que vivem em situação de risco social.

Outro jovem, ao relatar sobre suas motivações para a participação, também faz referência ao incentivo, ao convite por parte de agentes mediadores, levando-o a sentir-se provocado a participar:

Ah! Primeiro foi assim, eu fui provocado sabe? Provocado pelas entidades que têm em Guarabira e pelas entidades que têm uma articulação com jovens e aí eu me senti como se fosse, é..., provocado, eu acredito que eu fui provocado mesmo, para estar discutindo, para está, assim, participando. (José, 21 anos, Participante do Fórum de Juventude, do GAJA e do Fórum de Entidades e Movimentos Populares, Guarabira, 18 de novembro de 2009)

Outra motivação encontrada nas falas dos/as entrevistados/as revela o interesse dos/as mesmos/as em poder

contribuir para ampliação dos espaços que incorporam as demandas dos/as jovens, crianças e adolescentes, pois consideram praticamente ausentes estes espaços no município.

É, a ausência de espaços que tem para crianças e adolescentes, quando eu entrei no MAC, né, e principalmente para a juventude. (Aracy de Carvalho, 26 anos, participante do Fórum de Juventude, Guarabira, 11 de novembro de 2009)

As relações de amizade também aparecem como motivação para agregar jovens nos espaços de participação. Nesse sentido, os processos de identidade, que vão sendo construídos a partir das relações de amizades, são fundamentais para a entrada de jovens em grupos de sociabilidade, como afirma uma jovem ao falar sobre suas motivações.

A amizade, e eu conheci pessoas e me interessei em entrar. (Rosely Rothy, 27 anos, participante do Grupo de Capoeira Angola Palmares e da ONG Anajô, Guarabira, 07 de julho de 2010)

Entre os/as jovens secundaristas, as motivações também aparecem de forma muito semelhante as dos/as jovens identificados/as nos espaços institucionais e da sociedade civil, quando indicam como motivações para sua participação em grupos associativos locais motivos relacionados aos seguintes aspectos: vontade própria, interesse pelas atividades do grupo, convite realizado por integrantes do grupo, aproximar-se da igreja, conhecer pessoas novas, influência da família ou de amigos, admiração pelo grupo, diversão e lazer.

De fato, todas essas falas retratam os diversos motivos pelos quais os/as jovens se interessam por participar de algum grupo ou atividade sociopolítica. Em todos os depoimentos estão contidos elementos que confirmam que a juventude

gosta de participar de espaços ou de atividades com as quais se identifica. Quando essa identificação ocorre, a sua estadia nesses espaços é duradoura e provoca profundas mudanças em sua maneira de agir e de se relacionar na sociedade.

Além das motivações aqui apresentadas buscou-se saber também dos/as jovens como eles/as avaliavam a sua participação política. Dentre os/as quinze jovens entrevistados a maioria disse que considerava positiva, demonstrando em suas falas que essa positividade procedia-se pelo fato de conseguirem, dentro dos espaços nos quais estão inseridos, estabelecerem discussões acerca de políticas públicas voltadas para os/as jovens e para população de modo geral. Desse conjunto, dez jovens expressaram que tinham uma boa participação política e dois avaliaram como regular. Apenas uma jovem considerou sua participação política pequena e dois não conseguiram expressar essa avaliação.

Dos/as jovens que compreenderam sua participação política de forma positiva, esta visão se revelou pelo seu envolvimento em espaços de participação social, assim como pelo seu protagonismo nestes espaços, aspecto que pode ser observado na fala desses dois jovens.

Olha, a minha participação política na sociedade eu acho que cresceu muito, pelo fato de eu ser uma pessoa tímida, isso me atrapalhava. Mas hoje, não me considero uma pessoa tímida, eu acho que cresceu muito, e tem que crescer cada vez mais, porque eu sou novo, vou aprender cada vez mais, e a minha participação política eu considero boa e participo das coisas que me cabe participar e que eu acho que contribuo mais e que eu deva participar. E no que eu participo que é em relação ao conselho, acho que contribuo e estou elevando a minha participação no movimento. (Ronaldo,

23 anos, participante do MAC, Guarabira, 08 de julho de 2010)

Faço de tudo para participar, entende? [...] Para discutir as políticas públicas, para discutir um direito que não é só do poder público, não é da sociedade civil só, mas sim é do coletivo, certo? Para que a gente possa ter futuramente um mundo melhor. Eu acredito que a minha participação é boa. (José, 21 anos, Participante do Fórum de Juventude, do GAJA e do Fórum de Entidades e Movimentos Populares, Guarabira, 18 de novembro de 2009)

Essa análise sobre a participação política, presente na fala desses jovens, revela um contexto que tem se constituído nos últimos anos, em especial no âmbito do poder local, que demarca as diferentes formas de participação da juventude contemporânea e a sua capacidade de desenvolver o seu protagonismo. Outro aspecto importante dessa prática participativa juvenil é a clareza do aprendizado que tais práticas possibilitam aos/às jovens, como afirma abaixo a jovem participante do Fórum de Juventude.

Então, mas assim, eu avalio como uma forma positiva dentro do espaço que eu ocupo, porque, assim, vou aprendendo através dos debates, da participação, e com isso vou evoluindo, né, tanto no social como dentro dos grupos, e fazendo com que outros jovens venham entrando... vão crescendo junto comigo e com o fórum. (Aracy de Carvalho, 26 anos, participante do Fórum de Juventude, do MAC e da REDEXI, Guarabira, 11 de novembro de 2009)

Nesse sentido, o envolvimento dos jovens em espaços e grupos associativos possibilita-lhes desenvolver processos de sociabilidade que contribuem tanto para o seu crescimento

individual quanto para a sua socialização política, principalmente quando o seu envolvimento tem uma trajetória mais longa, como revela o seguinte depoimento:

Eu acho que só o fato de você estar participando de uma instituição, de você ter crescido nela, de você ter se desenvolvido muito com relação à autoestima, com relação à animação própria sua, já é uma motivação muito grande. (Ronaldo, 23 anos, Coordenador do MAC, Participante do Fórum de Juventude e Membro do Conselho de Assistência Social, Guarabira, 11 de novembro de 2009)

Quando o/a jovem cresce dentro de uma organização que o/a prepara para atuar em grupo, isso repercute não apenas em sua trajetória pessoal, mas também em sua vivência social, desenvolvendo uma maior capacidade de compreensão e de participação dentro dos movimentos sociais, despertando para uma participação ativa na sociedade, levando-o/a a sair do anonimato histórico. Portanto, esse crescimento tem relação com as possibilidades que o grupo oferece para o/a jovem se desenvolver e, através das suas atividades, conseguir aumentar sua autoestima e por em prática as suas potencialidades.

Trata-se de um conjunto de motivações que leva os/as jovens a participarem de diferentes espaços e desenvolvem o seu protagonismo na sociedade, através de diferentes formas de inserção política, demarcando, assim, a participação da juventude nos espaços institucionais e da sociedade civil na esfera local. Ação política que se constitui, de fato, em uma atitude cidadã, pelas preocupações que apresentam para o seu envolvimento sociopolítico.

Participação Política e Gênero no discurso dos/as Jovens

Entendendo que a participação política de determinados seguimentos da sociedade pode, de certa forma, vislumbrar possíveis mudanças numa realidade social marcada por diferentes tipos de desigualdade, a discussão junto aos/as jovens entrevistados/as foi encaminhada no sentido de procurar verificar, através de seus discursos, a situação atual da participação de homens e mulheres na esfera política, vislumbrando compreender de que modo os/as jovens concebem as formas e/ou modos de participação política dos homens e das mulheres na sociedade contemporânea.

É importante destacar aqui, inicialmente, que dos/as quinze jovens entrevistados/as a maioria se definiu como do gênero masculino (nove jovens) e que nenhum desses rapazes participa de grupo e/ou movimento que trata das problemáticas pertinentes às relações de gênero. Das seis jovens mulheres entrevistadas, apenas Maria Emília (26 anos, participante do Fórum de Entidades e Movimentos Populares de Guarabira e do MAC) informou que já participou três vezes das reuniões do Movimento das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT), localizado no município de Pípirituba/PB, representando o MAC, e que se afastou depois que casou.

Considerando que a presente análise é baseada numa perspectiva de gênero, ressaltamos, segundo Piscitelli (2002, *apud* GONÇALVES, 2009), que o conceito de gênero é produto da inquietação feminista quanto às causas da opressão feminina. É nesse contexto que a autora Louro (1997)

ênfatisa a importância do movimento feminista contemporâneo, um movimento de contestações e de transformações, que defende a entrada das mulheres no espaço estritamente considerado masculino, bem como questiona a própria estratificação desses espaços por sexo (à mulher ficava destinado o espaço privado), buscando tornar visível aquilo que, de certa forma, legitima uma hierarquia entre os sexos, tornando-as, em contrapartida, sujeitos de seu próprio destino. Segundo a referida autora “é preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o “verdadeiro” universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompida por algumas mulheres”. (LOURO, 1997, p. 17)

Certamente, a luta das mulheres por uma legitimação igualitária para a conquista da cidadania formal significa um dos grandes compromissos dos movimentos de mulheres, destacando o movimento feminista – tanto brasileiro quanto internacional –, objetivando denunciar as discriminações, bem como, a partir de diferentes estratégias, procurando estimular o diálogo com o Estado com o intuito de serem criadas políticas públicas que atendam às necessidades desse gênero.

Não é possível esquecer que as raízes históricas do problema da hierarquia sexual da sociedade, que legitimam e/ou indicam a separação entre espaço público/político e privado/doméstico, emaranham-se na questão da cidadania seletiva que tem excluído as mulheres da maioria de seus direitos civis e políticos. Há apenas dois séculos, quando surgiram as democracias ocidentais juntamente com a luta pelo princípio de igualdade, novas questões em torno da identidade do homem e da mulher foram possíveis, tornando-se indispensável para refletir e/ou abalar os sistemas de poder baseados numa hierarquia entre os sexos. (ÁLVARES & D’INCAO, 1995)

É evidente que a hierarquia entre os sexos fundamenta-se nas diferenças entre o masculino e o feminino construídos e

disseminados culturalmente/historicamente. Como bem diz Scott (1995), discutir as relações de gênero permite colocar em jogo as relações de poder que aí existem, desvendando a cumplicidade tanto de homens como de mulheres na construção social das hierarquias de gênero.

Para Gonçalves (2009), parafraseando Scott (1995), o conceito de gênero passa a ser definido como um elemento constitutivo das relações sociais – e, portanto, de poder –, a partir das diferenças percebidas entre os sexos. Cabe aqui lembrar a famosa conceituação de gênero em Scott (1995): o gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero como uma forma primeira de significar as relações de poder. O que significa dizer que a diferença sexual, enquanto produção discursiva, é um modo principal de dar significado à diferenciação entre as pessoas. E que, além disso, as concepções de gênero estruturam a percepção e organização concreta e simbólica de toda vida social.

Scott (1995), nos mostrando os caminhos metodológicos para se perceber as construções (produções de saberes) acerca de gênero, nos chama a atenção para a necessidade de se pensar nos símbolos, nos conceitos normativos, nas instituições e organizações sociais, além da identidade subjetiva. Esta última refere-se aos processos de formação da identidade pessoal, na qual os padrões de gênero atuam de modo fundante. Destacamos aqui que, apesar de haver em cada sociedade formas hegemônicas de produções discursivas, a própria dinâmica social produz vários feixes de linguagens que podem desestabilizar (momentânea ou mais enfaticamente) aqueles símbolos, conceitos normativos, instituições e organizações sociais dominantes. Scott (1995) demarca o quanto as produções discursivas hegemônicas sobre o gênero recaem no binômio natureza/cultura, estabelecendo noções dicotômicas entre feminino x masculino, produzindo

significados vinculados à ideia de “essência” feminina, como também de “essência” masculina.

Nesta perspectiva dual, podemos demarcar o tradicionalmente estabelecido para as relações de gênero na sociedade brasileira vinculado à hegemonia do falocentrismo, o qual consiste numa visão ou forma de pensamento que promoveu, ao longo da história, uma atribuição social do poder ao homem, como algo que lhe era próprio, “por natureza”, enquanto possuidor de um pênis. Este falocentrismo estabelece o sistema da divisão simbólica do trabalho entre os sexos, instituindo uma separação entre o domínio doméstico, alocada às mulheres, e o domínio público, pertencente aos homens.

A partir desse enfoque, então, é possível analisar a representação da participação política das mulheres e dos homens, bem como perceber o processamento das relações de gênero presentes nestas representações, identificando se os/as jovens reproduzem o estabelecido tradicionalmente pela sociedade para a definição das relações de gênero ou se estão desconstruindo tais normas, bem como percebendo as possíveis nuances entre essas duas possibilidades, que podem aparecer em um mesmo discurso contraditoriamente.

Ora, o lugar da participação política dos homens e das mulheres – em destaque o lugar da participação política das mulheres – tem marcado significadamente os debates atuais que tornam visíveis inúmeras interpretações sobre esse lugar. A questão central aqui é verificar se a participação política das mulheres ocorre na mesma intensidade que a masculina e como se dá a participação feminina.

Sobre esse assunto, a maioria dos/as jovens entrevistados entende a participação política da mulher como um fenômeno ascendente, que vem a cada dia apresentando maiores manifestações. Ou seja, como um processo de construção histórica que apresenta rompimento com as formas

tradicionais de gênero que impunham à mulher a domesticidade como modo de ser na sociedade, e que devido a esse processo de ruptura possibilita às mesmas novos modos de inserção e participação social. Rupturas e descontinuidades fazem parte desse processo. Segundo algumas falas, é possível identificar avanços consideráveis no contexto da participação política da mulher, quer seja esta participação política em espaços institucionais formais, legalmente estabelecidos (partidos políticos), quer seja em outros espaços de organização e participação (movimentos sociais, voluntariado em ONGs, dentre outros). Vejamos:

É eu avalio assim, primeiramente a questão..., como eu já falei, graças a Deus a mulher ela tem que ter participação, certo? Ela está contribuindo bastante, contribuindo nas discussões e até no fórum, até na questão do..., do movimento hoje em Guarabira e na Paraíba. Hoje existe até o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e aí em Guarabira tem esse movimento e elas, assim, estão discutindo políticas públicas, relacionadas aos direitos das mulheres, entende? [...] Eu fico muito feliz quando eu vou para uma conferência, como agora teve há pouco tempo com o ministro da cultura, e aí tinha muita mulher lá discutindo. Olhe que antigamente o pessoal tinha muito aquela visão de que mulher só era para estar na cozinha, [...] e hoje já não é mais isso. Mulher já sai de sua casa para estar discutindo políticas públicas na cultura. E eu acredito assim que a mulher tem investido bastante [...]. (José, 21 anos, Participante do Fórum de Juventude, do GAJA e do Fórum de Entidades e Movimentos Populares, Guarabira, 18 de novembro de 2009)

Muito efetiva, muito efetiva, a mulher, como eu acabei de te falar, ela ganhou muito o espaço. Há dez anos atrás você não via a mulher em cargos políticos, eram poucas as mulheres que assumiam coordenações e os próprios homens faziam da mulher inferior, mas ela buscou espaço, ela ganhou esse espaço, foi ela quem conquistou, entendeu. [...] Eu vejo muito efetiva a participação da mulher na sociedade. (Joaquim, 24 anos, Coordenador do grupo de Capoeira Angola Palmares, Guarabira, 05 de julho de 2010)

É, é como eu falei, né? Apesar das dificuldades, a mulher está ocupando o seu espaço, está alcançando é..., digamos assim, os seus objetivos na área social. Tem participado, tem buscado é..., oportunidades, aberturas para se estar integrando nas discussões das políticas públicas, independente da área, criança, adolescente, jovem, idoso. (Aracy de Carvalho, 26 anos, Participante do Fórum de Juventude, do MAC e da REDEXI, Guarabira, 11 de novembro de 2009)

É importante destacar que as conquistas citadas se colocam em todos os âmbitos públicos da vida em sociedade, expondo, portanto, a tendência de mulheres ocuparem cada vez mais espaços que historicamente eram colocados como espaços estritamente de participação dos homens, já que são espaços de cunho público e as mulheres viam-se limitadas a atuar no ambiente doméstico.

As falas elencadas mostram que através da inserção em movimentos sociais, em redes e fóruns, da participação político-partidária, dentre outros, as mulheres vêm superando gradativamente formas arraigadas que direcionavam seu comportamento, seu modo de ser. Antes o direito de exercer qualquer forma de participação pública era restrito

aos homens, hoje as mulheres já conseguem, apesar das necessidades de superação ainda existentes, desempenhar atividades anteriormente não imagináveis a sua alçada, tais como ocupar cargos de chefia/coordenação profissional, etc. Nesse jogo de relações de poder foi possível às mulheres a conquista de espaços públicos e, supostamente, dos espaços considerados masculinos.

Algumas falas se concentram na participação das mulheres no espaço político-partidário:

Bom, eu vejo que a mulher está cada vez mais bastante participativa e eu assisti e eu sempre me espelho muito na TV que a todo momento as mulheres estão muito correndo atrás de se eleger e de mostrar o lado feminino da política. Eu acho isso muito importante. [...] Então, eu acho que a participação política da mulher está muito forte e espero que aumente mais ainda. (Gabriel, 20 anos, Participante do Fórum de Entidades e Movimentos Populares de Guarabira, Guarabira, 14 de dezembro de 2009)

Pra mim, na minha opinião, está boa, até que antes a mulher não tinha esse direito na política, e hoje a gente já vê prefeita, deputada, vereadora, todas já exercendo o poder legislativo. (Maria Emília, 26 anos, Participante do Fórum de Entidades e Movimentos Populares de Guarabira e do MAC, Guarabira, 14 de dezembro de 2009)

Contrariamente ao posicionamento da maioria dos/as jovens entrevistados/as, um jovem se posicionou de modo crítico ao movimento de mulheres, considerando pouco atuante a participação das mulheres, especialmente referente à inserção no campo das políticas públicas.

Eu acho que as mulheres poderiam estar participando mais. Os movimentos de mulheres, assim, caíram um pouco em minha opinião, e tantas coisas acontecem, né, com elas: violência é..., violência agressiva, sexual etc., e a mulher, muita das vezes [...], estão caladas, né, não reivindicam seus direitos [...]. O papel delas nisso, né, na questão da política que... Se elas se conscientizassem, né, talvez mudassem um pouquinho é... Tanta coisa que elas sofrem hoje. Mas também tem o lado bom das conquistas, né, conquista no trabalho, conquista do salário, né, conquistas aí das políticas públicas com relação à saúde, né, que não tinha. Então, assim, vem crescendo cada vez mais, mas eu ainda acho que as mulheres poderiam estar atuando mais nessa linha das políticas públicas. (João, 25 anos, Membro da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD) e Membro do Conselho de Assistência Social, Guarabira, 20 de outubro de 2009)

Apesar de apontar as conquistas das mulheres em vários espaços, como no trabalho, por exemplo, o entrevistado acima enfoca que está ocorrendo um recuo em relação às suas lutas específicas, principalmente diante do quadro de violência desencadeada contra as mulheres. Para ele, os movimentos de mulheres deveriam atuar mais no processo de construção e decisão das políticas públicas direcionadas para os interesses delas mesmas.

Segundo Álvares (1999), embora a luta das mulheres pela igualdade de direitos tenha sido materializada no ato de votar e ser votada, é evidente que tal luta não criou práticas de participação com direito à representação política, no mesmo nível da participação masculina. Afirma a autora que as razões para explicar essa desigualdade são encontradas

nos discursos que denunciam a domesticidade feminina a partir da presença em massa das mulheres exercendo tarefas domésticas. Ora, o espaço doméstico, o mundo do lar, tornou-se um dos fundamentos principais da construção de estereótipos ligados à definição dos papéis sexuais dos modelos tradicionais de comportamento e a maioria das mulheres aceita e legitima o modelo tradicional, onde se inscrevem valores, ideias que indicam um comportamento feminino – e, também, um comportamento masculino – visto como específico do gênero.

A propagação de mitos, tabus, estereótipos veiculados pela mídia, também contribui para o reforço desses modelos hegemônicos de gênero, constituindo-se como uma força considerável que leva ao afastamento da mulher das áreas consideradas masculinas. (ÁLVARES, 1999)

É nesse sentido que a cidadania política das mulheres aponta uma história de exclusão da representação parlamentar. Tal exclusão configura-se como um modo naturalizado da mulher ser percebida como não pertencente ao universo da representação política. A denúncia dessa exclusão se estabelece em um recurso político dos movimentos de mulheres para procurar inverter as condições de participação das mulheres no âmbito da representação parlamentar. (ÁLVARES, 1999)

Como aponta Álvarez (1999), desde a década de 1970, o eleitorado feminino brasileiro cresceu consideravelmente. Entretanto, não ocorreu esse crescimento em relação ao número de mulheres candidatas e/ou ocupando cargos de representação parlamentar, apesar de vislumbrar um maior número de mulheres candidatas a cargos proporcionais.

Para Tabak (1983, *apud* ÁLVARES, 1999), entre os fatores apontados como responsáveis por essa realidade estão o processo de centralização do poder executivo dos regimes autoritários, que marcou certas fases da vida brasileira, e a

socialização política que “reforça a aceitação, por parte de milhares de mulheres, das ideias, dos valores, dos conceitos, das explicações aparentemente “científicas” sobre o comportamento feminino, a capacidade intelectual, as características de personalidade, etc.” (TABAK, 1983, p. 57)

Há, também, outras explicações que indicam como causas da exclusão das mulheres da vida política partidária a questão estrutural da frágil democracia brasileira, caracterizada por “uma agenda política pressionada por seríssimos problemas sociais, com desigualdades sociais que excluem pobres, mulheres, negros, velhos”, na qual a participação política, “no sentido clássico do termo, está dominada por homens adultos de meia idade, brancos e proprietários”. (PINTO, 1994, p. 201, *apud* ÁLVARES, 1999, p.07) (Grifo da autora)

Compreendendo tal contexto, Álvares (1999) informa que é possível saber o porquê das mulheres não terem tido acesso aos espaços de poder político e/ou quais as chances legais que elas possuem para intervir no processo de elaboração das políticas públicas, principalmente aquelas que podem repercutir nos diferentes âmbitos de sua vida cotidiana, a partir da subversão dos estereótipos tradicionais de gênero.

É nesse sentido que apesar de alguns jovens terem apontado as conquistas das mulheres como sendo reflexo de suas lutas, quando se referem à participação política dos homens na atualidade, apresentam a mesma como sendo ainda majoritária e/ ou privilegiada em relação à participação feminina.

Muito ativa a participação do homem, mais ativa do que a mulher. (Carlos, 28 anos, Coordenador da Associação de Basquetebol, membro do Encontro de Jovens com Cristo, Guarabira, 07 de julho de 2010)

Hiiiiiiiiiii. Sim, o homem... Eu acho que ele é mais... Mais aberto, assim... Não sei se essa é a palavra, mais aberto para essas questões de políticas públicas,² os homens que se demonstram ou que se colocam mais, né, para isso, em reivindicar..., em cobrar. (João, 25 anos, Membro da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência (FCD), Guarabira, 20 de outubro de 2009)

Alguns jovens, ainda, informaram que a participação dos homens é mais efetiva por causa do machismo, do patriarcado, legitimado socialmente por ambos os sexos. Os homens, assim, ocupam mais espaços de poder porque estes espaços foram “fechados” para as mulheres a partir de uma divisão das atividades por gênero.

Em algumas falas ocorreu a ideia de que os homens se interessam mais pela política partidária do que pelas políticas que englobam os direitos sociais e a questão da cidadania.

É... ((risadas)) Como eu vejo a participação política do homem na sociedade? Quando é..., homem na maioria das vezes quando se fala..., é..., a gente, a gente vê ele, em geral, né? A gente quando vê eles falando em política é mais uma política partidária, né? Não é aquelas políticas públicas, política de direitos da sociedade, do cidadão, do ser humano. Então, é mais complicado lidar com homem nesse sentido de políticas públicas e não de política partidária. Isso a gente vê em cada esquina, né? Candidato A, candidato B, discute isso, discute aquilo. Eu acho que a participação do homem é mais na política partidária. ((risadas)) (Aracy de Carvalho, 26 anos, Participante do

2 Alguns jovens apontaram que a participação dos homens é quase natural, algo dado, usufruindo de muitos espaços que as mulheres ainda não conquistaram.

Fórum de Juventude, Guarabira, 11 de novembro de 2009)

É interessante mencionar que foi apontada enquanto causa pertinente à participação política dos homens – ou o que leva os homens a participarem desses espaços – a busca de respostas aos próprios interesses. Os homens, quando participam, procuram conseguir benefícios para si mesmos, como aliados políticos, dinheiro, emprego, etc. A participação masculina, geralmente, é considerada como permeada de desonestidade, como corrupção, roubo, etc.:

Bom... O homem também está com uma participação muito forte, embora quem assiste TV, tem alguns momentos que..., eu sempre me espelho..., tem alguns momentos que está passando a política dos homens não é bem agradáveis, como alguns problemas como CPI, mensalões, etc. Mas o homem, vamos dizer, tem um braço de ferro na política porque ele quer defender sempre seus ideais. Às vezes defende seus ideais próprios para se beneficiar a si mesmo, do que procurar beneficiar a própria população. (Gabriel, 20 anos, Participante do Fórum de Entidades e Movimentos Populares de Guarabira, Guarabira, 14 de dezembro de 2009)

Na sociedade. Futilidade! Eu acho que o homem está levando a sociedade, o poder político ou qualquer outro tipo de poder para a futilidade, para a corrupção, para a negatividade, para a destruição de nós seres humanos. Eu acho que falta ele pensar um pouco em si mesmo e também nos outros. Mas, também há exceções de homens que sabem o que quer, que tem sua decisão firme e que não está envolvido em nada disso. (Mirian Martinho, 20 anos, Representante dos alunos no Conselho

do FUNDEB, Guarabira, 14 de dezembro de 2009)

Existe o homem que realmente trabalha e existe, como sempre, os corruptos, não é? [...] porque existe o que trabalha correto e o que tem suas falhas, que roubam, como diz o velho ditado. [...] (Rosely Rothy, 27 anos, Participante do grupo de Capoeira Angola Palmares e da ONG Anajô, Guarabira, 07 de julho de 2010)

O que se tem aqui é um tipo de discussão apresentado pelos/as jovens entrevistados/as que engloba a questão da ética, no sentido de que os homens, quando participam da esfera pública, incluindo o espaço político, são egoístas, corruptos, desonestos, etc., e por isso têm mais dificuldades em construir consensos, em pensar nos outros, do que as mulheres. Em nenhum momento os/as jovens caracterizaram a participação política das mulheres como sendo permeada por desonestidade e corrupção. Isso é “coisa” de homem. É nesse sentido que foi apontado enquanto fator negativo em relação à participação política dos homens a desonestidade masculina. Parece que aqui os/as jovens defendem uma “natureza” positiva própria da mulher e uma negativa própria do homem. Legitimam, em suas falas, o essencialismo, ou a existência de uma essência (inata) feminina e outra masculina. Aqui, os “jeitos” de ser homem e ser mulher são considerados como naturalizados.

Ideias essencialistas defendem a existência de uma diferença inata entre homens e mulheres, no sentido de que as mulheres são naturalmente passivas, emotivas, solidárias, sensíveis, empáticas, etc., e os homens fortes, corajosos, racionais, decisivos, mas também egoístas e insensíveis, o que poderia explicar a sua desonestidade no espaço político. Autoras como Muraro (1993), apesar de acreditar que valores como solidariedade, empatia e partilha, pertençam, em

teoria, a qualquer humano, defende que essas características estão presentes mais nas mulheres do que nos homens, e por isso são elas que devem governar o mundo no sentido de impedir a destruição da humanidade e do planeta em geral. O homem, segundo a autora, geralmente, é destruidor e competitivo. É nesse sentido que um dos jovens acredita que o Brasil deveria ser governado por uma mulher, por ser mais paciente e conseguir construir consensos. O homem não: é egoísta, ditador e pensa apenas em si mesmo.

Pra falar a verdade pra você, falando politicamente de força de liderança, eu vejo que a mulher está na frente do homem, hoje na sociedade. Na minha visão, eu acho que existe ainda essa figura do homem ditador, do homem que afirma muito o ponto de que tem que ser assim... Eu acho que a mulher não; está superando o homem em alguns aspectos na sociedade. Na minha visão, eu acho que a mulher está superando. É claro que existem alguns homens inteligentíssimos, pessoas muito abertas, mas eu acho que a mulher está superando esse espaço, na minha visão. (Joaquim, 24 anos, Coordenador do grupo de Capoeira Angola Palmares, Guarabira, 05 de julho de 2010)

A fala acima indica que a mulher se diferencia do homem quanto ao autoritarismo quando estão participando dos espaços políticos, já que, segundo tal fala, a mulher apresenta uma visão, supostamente, diferenciada, que a permite considerar o todo, de modo não excludente.

Um jovem afirmou em sua fala que a participação política do homem é descendente, e que isso é possível porque o mesmo está “perdendo” e/ou “cedendo” espaço para a participação política da mulher que, em contrapartida, está

“conquistando” esse espaço. Na sua fala é evidente que isso ocorra devido ao fato do homem apresentar muito discurso, porém poucas práticas, ou seja: fala muito e faz pouco.

A participação política do homem, eu acho que o homem hoje ele..., defende muito e ao mesmo tempo defende pouco. Defende muito e faz pouco em relação à questão política, se preza muito em discutir política [...]. Assim, vê [...], vê que tem prefeita mulher, outros tem governadora mulher, hoje tem vereadoras mulher, no meu trabalho tem mulher e a gente vê que a mulher está ganhando o seu espaço pouco a pouco, e homem tem que está aceitando isso [...]. (Ronaldo, 23 anos, Coordenador do MAC, Participante do Fórum de Juventude e Membro do Conselho de Assistência Social, Guarabira, 08 de julho de 2010)

Porém, mesmo o jovem tendo apontado em seu discurso o aumento da participação política da mulher na sociedade, sabemos que no Brasil o déficit democrático de gênero feminino nas instâncias de poder é uma realidade, principalmente em relação à presença feminina na política formal. Já que se fala tanto em políticas afirmativas, acreditamos que apenas cotas obrigatórias, estabelecendo o número de candidaturas de cada partido reservado às mulheres, poderiam diminuir esse déficit. O aumento da proporção de mulheres candidatas possibilitaria, também, o aumento da quantidade de mulheres eleitas.

Uma jovem apontou que a participação política dos homens ainda não é a ideal por causa do seu machismo, de suas atitudes discriminatórias.

Vejo que melhorou um pouco, mas que precisa melhorar muito porque o homem ele é muito machista e às vezes ele discrimina muito, mas como eu acabei de dizer, ele..., o homem em si, ele melhorou, porque as mulheres elas estão conquistando o seu espaço. (Elizabeth Lobo, 29 anos, Conselheira do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Guarabira, 08 de julho de 2010)

Como muito bem se sabe, o androcentrismo ainda predomina em nossa sociedade de modo que a superioridade é designada ao homem em detrimento da mulher. E esse pensamento não é algo recente, muito pelo contrário, é um ideário histórico que estigmatiza a mulher desde muitos séculos atrás. Entretanto, como muitas falas descritas nesse texto apontam, houve uma mudança no sentido da participação da mulher na vida social. Tais discursos descreveram a inserção de mulheres em espaços antigamente destinados exclusivamente aos homens; lembra, ainda, da participação político-partidária das mulheres, o que denota o entendimento de que há mudanças visíveis na concepção de mulher.

Interessante apontarmos que a própria política possibilita aos cidadãos e cidadãs fascinação ou rejeição. A rejeição pode ter várias explicações e dentre elas a ideia de que políticos são todos iguais e corruptos, que discutir política é um assunto desinteressante, que os cidadãos comuns também não fazem nada, etc. Porém, nos discursos dos/as jovens entrevistados/as foi possível perceber significados abrangentes das práticas políticas quando falaram da participação política, principalmente, das mulheres, desvinculando-as da política meramente partidária.

É notória a representação da política associada ao cotidiano, entendida como um vínculo coletivo que estabelece relações de confiança entre pessoas que se permitem discutir e sonhar um mesmo sonho, principalmente quando não

estão adaptadas ao sistema, desejando refleti-lo e mudá-lo. Nesse sentido, a política, como parte do cotidiano, é negociação, discussão, formação de opinião, acontecendo em vários momentos e diferentes espaços. Vejamos a fala seguinte:

Eu não acredito em dizer assim “vou formar cidadãos conscientes”, mas eu acredito que existe uma formação continuada, que todos os dias nós temos que formar as pessoas. Porque ninguém conscientiza ninguém. Eu acredito que nós cidadão seres humanos não conscientizamos, mas formamos todos os dias, somos formadores de opinião. (Elizabete Lobo, 29 anos, Conselheira do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Guarabira, 08 de julho de 2010)

Aqui cabe ressaltar que política entendida enquanto prática cotidiana não deve limitar-se à escolha dos representantes (considerados os políticos) para cargos eletivos entre os vários candidatos de diferentes partidos e/ou as atividades dos políticos eleitos na sociedade, e sim como algo que faz parte da vida, estando presente em todas as relações sociais, envolvendo, obviamente, relações de poder, interesses antagônicos, reflexões e busca de solução para os problemas, etc. Somos, então, seres eminentemente políticos.

No caso da participação política dos homens, alguns/mas jovens lembraram que o interesse masculino é mais pela política partidária, com claro objetivo em se candidatar a algum cargo político, como de vereador, deputado, etc., ou pelas questões inerentes a esse tipo de política, deixando de lado aspectos da política que tratam do direito à cidadania, de questões da saúde, educação, direitos das minorias etc., ou seja, não se envolvem em questões de interesse coletivo.

Nas falas está expressa, ainda, a luta das mulheres em oposição ao ideário falocêntrico que limita a ação e a

inserção das mulheres nos espaços de participação política a partir da disseminação de uma cultura de exclusão social. Entretanto, consideram, também, a necessidade de persistência na luta, já que muitas barreiras ainda se impõem à participação da mulher no âmbito público, mesmo na realidade contemporânea.

Evidentemente, sem a participação das mulheres nos espaços de poder e sem o cumprimento de políticas públicas com perspectiva de gênero não será possível a construção de uma sociedade efetivamente democrática e igualitária. É a execução de políticas públicas com o enfoque de gênero que permitirá, de maneira mais eficaz, o enfrentamento das desigualdades experienciadas pelas mulheres, principalmente das mulheres negras, portadoras de necessidades especiais, indígenas, lésbicas, idosas, jovens, etc.

Considerações finais

A juventude é significada, na maioria das vezes, como sendo alienada e problemática, de um lado, ou, ao contrário, como solução para o futuro do país. Evidentemente, no que se refere à participação dos jovens nas instâncias políticas e sociais na atualidade, repercute no discurso social a construção e legitimação de um significado mais fatalista do que positivo, tratando a juventude como desinteressada e apática. Supõe-se que isso ocorra devido ao modo de atuar da juventude, principalmente nas décadas de 1960 e 1970 – considerado no imaginário coletivo/social como o modelo ideal da ação participativa –, ser usado como parâmetro no momento de “avaliar” a participação da juventude na atualidade.

O privilégio desse paradigma de participação juvenil baseada em experiências do passado ignora as particularidades e singularidades que norteiam o modo atual dos jovens

participarem e reivindicarem, assim como é indiferente às novas demandas que emergem na sociedade. É para atender essas novas demandas e/ou reivindicações da juventude que a partir dos anos de 1990 as problemáticas específicas dos jovens começaram a ganhar visibilidade por parte do poder público, e nos anos 2000 se assiste ao aprofundamento das ações governamentais dirigidas para a juventude. Nesse sentido, aqui problematizamos a participação e/ou o protagonismo juvenil inseridos numa perspectiva que considera a juventude enquanto categoria de análise – social e historicamente construída –, que adquire contornos próprios de acordo com o contexto em que se encontra. Ora, os jovens demandam, experienciam e refletem problemas do seu tempo, e por isso significam a participação com um olhar específico.

Quanto aos resultados da pesquisa, pode-se apontar algumas conclusões relativas às políticas públicas para a juventude no âmbito do poder público local, lembrando, como relatado anteriormente, que as políticas públicas para a juventude no Brasil possuem trajetória curta, e apenas recentemente – especificamente a partir dos anos de 1990 e 2000 – têm feito parte da agenda do poder público, realidade que se apresentou, também, no município em estudo.

Os dados obtidos indicam uma realidade de fragilidade nas políticas e ações desenvolvidas pelo poder executivo local para o segmento da juventude, seja em relação ao número de programas e ações desenvolvidos pelas secretarias municipais, seja no que diz respeito ao atendimento dos/as jovens. Assim, das onze secretarias existentes na prefeitura do município de Guarabira/PB, apenas quatro informaram estar executando algum programa, projeto ou ação de políticas públicas direcionadas aos/às jovens.

A Secretaria de Ação Social desenvolve dois programas: o Projovem Adolescente e o Projeto de Geração de Renda. O

Projovem, programa com capacidade de atendimento específico para os/as jovens, é um programa do governo federal executado pelo governo local, não se constituindo, então, como uma iniciativa do governo local.

O Projeto de Geração de Renda oferece capacitação profissional para jovens nas áreas da culinária, corte e costura e manicure, apresentando enquanto público participante, em sua maioria, um grupo formado de mulheres. Nesse caso, tais cursos profissionalizantes são idealizados atribuindo à mulher atividades que são socialmente desvalorizadas e compreendidas como funções socialmente femininas. O referido projeto, além de não possibilitar reflexões em torno dos espaços femininos ocupados na sociedade, incluindo os espaços profissionais, não contribui para que as participantes questionem e rompam com sua situação de desvalorização profissional.

Apesar da existência de uma secretaria que envolve a juventude, no caso a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, através de dois programas, um direcionado para jovens, denominado de Academia da Cidade, e outro destinado para o público em geral, o Programa Recreação nos Bairros, tal iniciativa, entretanto, ainda não representa um olhar para as demandas da juventude no município. As ações, em sua maioria, são destinadas para toda a população, sendo os jovens incluídos no conjunto dos usuários ou público.

Na Secretaria de Indústria e Comércio foi identificado apenas um programa de política pública para jovens, denominado de Capacitação Profissional, desenvolvido através da realização de diversos cursos profissionalizantes. Percebe-se que os cursos oferecidos seguem a tradicional divisão sexual do trabalho: atividades exclusivas para o público feminino e outras para o público masculino. Aqui os cursos de bordado e manicure são direcionados apenas para mulheres e os demais para ambos os sexos.

As ações destinadas aos/às jovens consistem, basicamente, em desenvolver cursos profissionalizantes e atividades esportivas. Nesse contexto, as ações direcionadas especificamente aos/às jovens ainda têm um caráter bastante pontual e em número insuficiente, realidade que se complica ainda mais quando diz respeito às jovens mulheres. Não há, entretanto, uma política estruturada para esse segmento geracional, tendo em vista que parte dos programas não têm o jovem como foco e não levam em consideração as suas demandas.

Em relação à participação política dos/as jovens no cenário político local do município de Guarabira/PB, identifica-se a presença de jovens mulheres e jovens homens em espaços de participação institucional – no caso dos conselhos municipais gestores de políticas públicas, conferências de políticas públicas, conselhos tutelares e conselho de programa –, assim como em espaços de participação da sociedade civil, com envolvimento de jovens em grupos associativos de base local, onde vivenciam processos de sociabilidade juvenil, além de organizações interorganizacionais, onde também desenvolvem o protagonismo juvenil.

No tocante aos conselhos, foram encontrados em Guarabira/ PB três conselhos gestores de políticas públicas, um conselho de programa e um conselho tutelar. O município, embora seja formado por onze secretarias, apresentou um quadro de apenas três conselhos gestores funcionando, o que, comparando-se com a quantidade de secretarias existentes, é insuficiente. Destaque para o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, no qual se percebe que não há a presença de jovens como conselheiros na sua composição.

Nesses cinco conselhos há a presença de sete jovens. Essa participação da juventude nos espaços institucionais em Guarabira/PB, apesar de tímida, demonstra a acessibilidade da representação juvenil como sujeitos políticos.

Também foi detectada na pesquisa a participação de jovens em diferentes espaços de sociabilidade com características distintas. Nesse caso, a partir dos dados quantitativos da pesquisa com os estudantes secundaristas, foi constatado que estes já tinham participado – ou participavam – de diversas ações políticas, desde ações de caráter mais tradicional no campo político, a exemplo das ações nos momentos eleitorais de caráter partidário, com envolvimento em comitês juvenis (passeatas, comícios, etc.), manifestações públicas (reivindicando serviços urbanos, movimento político da ficha limpa, etc.), panfletagem e reuniões, até ações voltadas para o envolvimento em projetos sociais e conferências de políticas públicas.

A presença nos fóruns e redes ilustra também essa atitude política participativa desses/as jovens. Dos quatro espaços interorganizacionais identificados e pesquisados no município citado, apenas um não tinha a participação de jovens no seu quadro. Mister se faz destacar o Fórum de Juventude que agrega e articula diversas organizações e grupos juvenis da cidade, além de organizações não juvenis com participação de jovens, como é o caso da Fraternidade Cristão de Deficientes (FCD) que tem um representante no Fórum de Juventude.

Os/as quinze jovens que passaram pela abordagem qualitativa das entrevistas demarcaram seus envolvimento nos vários níveis de organização da sociedade, desde o âmbito institucional junto aos conselhos até os grupos de associativismo local e fóruns/redes em nível de articulação interorganizacional. Cabe destacar suas vinculações em mais de uma dessas formas de organização, tendo sido comum encontrar jovens que participavam, ao mesmo tempo, do Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC) e do Fórum de Juventude de Guarabira, bem como do Grupo de Amigos Jovem em Ação (GAJA) e do Fórum de Entidades

e Movimentos Populares, demonstrando o engajamento desses/as jovens na vida política da sociedade local.

Em relação à autoavaliação que esses/as jovens fazem acerca de suas participações política na sociedade, a maioria considerou como atuante. Alguns/as poucos/as apontaram possibilidades de melhorias nessa participação e apenas uma jovem avaliou sua atuação como passiva.

Chamou atenção nesse contexto de participação e protagonismo juvenil no município em estudo a preocupação das/os jovens com a temática das políticas públicas, aspecto que aparece entre as motivações que expressam e/ou legitimam o seu envolvimento nos espaços de participação, seja institucionais ou da sociedade civil, além de outras motivações relacionadas às relações de amizade, à ação de mediadores, etc., quando fazem referência a sua participação nos grupos associativos locais, os quais se apresentam como espaços fundamentais para a sociabilidade juvenil.

Trata-se, portanto, de um processo que vem se constituindo no âmbito local, em que os jovens inseridos nos diversos grupos locais, articulações interorganizacionais e espaços institucionais, vêm exercitando o seu protagonismo político, demonstrando, assim, que a leitura e compreensão de que a juventude contemporânea é passiva, não participando politicamente na sociedade, revela-se como uma leitura equivocada e/ou limitada que não percebe os novos formatos de participação que têm emergido na sociedade atual, os quais, muitas vezes, não têm um caráter formal. São espaços, entretanto, mais flexíveis, distintos dos espaços tradicionais da participação política, necessitando de um questionamento da noção de participação política que considera apenas os espaços formais e instituídos, a exemplo dos partidos ou sindicatos.

Consideramos que as formas de associativismos que vão sendo formadas nas esferas participativas locais indicam

outras formas de sociabilidades juvenis que vão emergindo na sociedade, a exemplo dos grupos associativos locais de diversas naturezas, além dos fóruns, redes temáticas, movimentos de redes, os quais se agregam e articulam diversas demandas e movimentos. Assim, vão se abrindo novos horizontes para se compreender os contextos de cada momento histórico, sem olhar o presente apenas com o referencial de momentos históricos passados.

Quando se reflete sobre a participação política dos/as jovens, também delineamos a referida problemática a partir do conceito de gênero, como modo de caracterizarmos as possíveis singularidades dessa participação sob as influências das normatizações de gênero socialmente construídas. Gênero, nesse sentido, é uma categoria que possibilita discutir a percepção da participação das mulheres e dos homens numa perspectiva relacional com outras categorias como idade/geração, interpretando o contexto histórico e rejeitando a naturalização da sujeição das mulheres e dos privilégios dos homens.

Para os/as jovens entrevistados/as, então, como caracterizam a participação política dos homens e das mulheres na sociedade brasileira? Entre os diferentes discursos sobre a temática, verificamos posicionamentos que concebem a participação política das mulheres como um fenômeno em linha ascendente, que historicamente vem construindo uma trajetória de lutas e rupturas com modelos conservadores, fazendo emergir, em contrapartida, modelos que valorizam a sua participação e as identifiquem como sujeitos políticos envolvidos no constructo histórico-social. Porém, quanto à inserção política institucional, referindo-se ao campo político-partidário, alguns jovens compartilham da opinião de que esse aspecto ainda é tímido na realidade das mulheres, estando explícita a ideia de que o exercício do poder ainda é desigualmente vivenciado por homens e mulheres.

Explicitamos, então, que a participação também se caracteriza enquanto um espaço de disputa em construção, já que é um fenômeno sócio histórico, com possibilidades de avanços/retrocessos, continuidades/descontinuidades, a depender do contexto, das forças empreendidas, dos interesses em questão. Isto significa dizer que na vida social nada está dado definitivamente, mas, pelo contrário, é construído na medida em que as forças envolvidas disputam seus interesses.

Como se viu, a participação política das mulheres – assim como a dos homens – está perpassada por inúmeras influências que ora lhes permite avanços, ora lhes confere descontinuidades. É fato que disparidades entre a participação política de homens e mulheres ainda são existentes; também é fato que avanços foram conquistados à custa de muita organização e mobilização das mulheres. É imprescindível seguir lutando em busca de igualdade, de espaço no mercado de trabalho, de salários compatíveis e equivalentes, de poder de decisão, de inserção em espaços que possibilitem empoderamento.

A participação política, na luta pela conquista de direitos e de transformação social perante as desigualdades, é de extrema importância como um dos aspectos fundamentais dos regimes democráticos do Estado moderno. A participação política dos/as jovens entrevistados/as, como percebido, permite influenciar de forma efetiva, principalmente, as políticas locais. Porém, detectou-se o “frágil” envolvimento dos mesmos com as questões de gênero, apesar de reconhecerem uma realidade de desigualdade existente entre homens e mulheres nos vários âmbitos da sociedade.

Finalmente, a discussão sobre a participação juvenil permitiu vê-la como uma realidade imersa numa riquíssima diversidade, no sentido de que quando se fala de juventude deve-se pensar em “juventudes” envolvidas no plural e não

como algo homogêneo. Assim, problematizar a juventude, bem como a participação juvenil, é perceber que em tal condição deve ser considerada sua própria dinâmica, sempre condicionada às suas experiências e ao seu tempo.

Referências

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p. 07-32.

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2008. p. 37-72.

_____. Espaços de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p. 192-209.

ÁLVARES, M. L. M. Mulher e participação política. In: FERREIRA, M. (Org.). **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís/MA, Grupo de Mulheres da Ilha/UFMA, v. 1, p. 47-52, 1999.

_____.; D'INCAO, M. A. (Orgs.) **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2005.

BRUNELLI, D. O que é mesmo gênero. Sonhos e sementes: reflexões sobre gênero e vida consagrada. **Cadernos do CRB**, Rio de Janeiro, n 30, p. 09-16, 2000.

CARVALHO, M. do C. A. A.; TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). **Conselhos gestores de políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

CASTRO, M. G. Juventude e Participação: Perfil Debate. Disponível em: <<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006>>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

FREITAS, M.V; PAPA, F de C (Orgs). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

GILIOLI, R. de S. P.; CATANI, A. M. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: UNESP, 2008.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais**, Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

IULIANELLI, J. A S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, N. F. **Do matadouro ao nascedouro**: a criação de novos espaços de participação juvenil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, Recife, 2003.

MISKOLCI, R. Origens históricas da Teoria Queer. In: _____. **Teoria Queer**: um aprendizado pela diferença. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012. p. 21-35.

MOREIRA, O. de L. **Gestão pública local e participação social nos conselhos municipais da região do brejo da Paraíba**: mudanças e continuidades. (Tese doutorado). PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

MURARO, R. M. **A mulher no terceiro milênio**: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

NOVAES, R. R. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FÁVERO, O. et. al. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 253-281.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, n. 48. Campinas: Unicamp/IFCH, 2002. p. 07-42.

PONTUAL, P. Juventude e poder público: diálogo e participação. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p. 97-119.

PRESOTO, L. H.; WESTPHAL, M. F. A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertioga – SP. **Saúde sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n1/08.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

RUA, M. das G. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. **Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas**, Brasília, CNPD, v. II, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, K. A. L.; ARAÚJO, A. C.; SANTIAGO, I. M. F. S.; MOREIRA, O. L. **Gênero, juventude e protagonismo social**. 2007. Relatório (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB.

SAULE JR., N. **A participação dos cidadãos no controle da administração pública**. São Paulo: Polis Assessoria, formação e estudos em políticas sociais, 1998.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadanias em fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p.109-130, jan./abr. 2006.

_____. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão e cidadania. **Política e Sociedade**, São Paulo, n. 11, p. 19-40, out. 2007.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**. Cidadania e Feminismo (Edição especial). São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1999. p. 203-222.

SILVA, C. A. Os fóruns temáticos da sociedade civil: um estudo sobre o fórum nacional de reforma urbana. In: DAGNINO, E. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 143-301.

SILVA, M. L. C.; WANDERLEY, M. B.; PAZ, R. D. O. **Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Polis, 2006.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003. p. 57-75.

_____. Introdução. In: SPOSITO, M. P. (Org). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileira**. São Paulo: Global, 2007. p. 05-43.

_____.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n 24, p. 16-39. set./out./nov./dez. 2003.

TABAK, F. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002. p. 47-102.

UNESCO. **Políticas Públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001359/135923por.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

(Footnotes)

1 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica.

Sobre os autores

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Professora Doutora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), atuando na graduação do curso de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Possui graduação em Serviço Social (UCSAL/BA), Mestrado em Ciências Sociais (UEPB) e doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP).

Josilene Barbosa do Nascimento

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB, graduação em Serviço Social (UEPB), mestrado em Sociologia (UEPB) e doutorado em Ciências Sociais (UFCEG)

Orlandil de Lima Moreira

Professor Doutor da Universidade Federal da Paraíba, atuando no Centro de Educação no curso de Pedagogia. Possui graduação em Ciências Sociais (UEPB), mestrado em Sociologia Rural (UEPB) e doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP).

